



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

ANA JÚLIA MARQUES INFANTE

O ZAPATISMO NA PERSPECTIVA ANALÍTICA DA LONGA DURAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2018

ANA JÚLIA MARQUES INFANTE

O ZAPATISMO NA PERSPECTIVA ANALÍTICA DA LONGA DURAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à banca de avaliação da
Universidade Federal de Santa Catarina,
para obtenção do Grau de Bacharela e
Licenciada em História. Orientador:
Waldir José Rampinelli.

FLORIANÓPOLIS

2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito , às 14 horas e 30 minutos, NEHAL, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Waldir Rampinelli (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: George Fellipe Zeidan Vilela Araújo (Titular); Elvis Humberto Poletto (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 18/HST/CFH/2018, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Ana Júlia Marques Infante, intitulado: **“O Zapatismo na perspectiva analítica da longa duração”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Waldir Rampinelli, nota 90, Prof. Dr: George Fellipe Zeidan Vilela Araújo , nota 90, Elvis Humberto Poletto, nota 90, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 90. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 04 de julho de 2018. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 29 de junho de 2018

Prof. Dr: Waldir Rampinelli (Orientador(a))

Prof. Dr: George Fellipe Zeidan Vilela Araújo (Titular)

Elvis Humberto Poletto (Suplente)

Ana Júlia Marques Infante (Acadêmica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto _____ que _____ o
acadêmico(a) Gora Júlia Marques Infante, matrícula
n.º 18150077, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
O zapatismo na perspectiva analítica da longa duração.
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 03 de julho de 2018.

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus familiares: Ao meu pai por todo o apoio incondicional para estudar o que amo e por ter despertado em mim o interesse pela História. À minha mãe por todo o carinho e afeto que me deu desde que decidi sair de casa e me mudar para longe (duas vezes!). Ao meu irmão Artur por ser meu melhor amigo, sempre me acolhendo e me ajudando quando mais preciso. Amo vocês.

Aos meus companheiros da UFOP, Minas Gerais que tão bem me fizeram da minha chegada à despedida nos solos mineiros: Milena, João Pedro, Gustavo, Ingridy e Bianca: A saudade é enorme!

Às minhas amigas: Marine, Valéria, Gil e Elisa por me acolherem na Ilha e compartilharem comigo tantos bons momentos, sem o apoio de vocês eu não conseguiria.

Às minhas fiéis companheiras onde quer que eu estivesse e em qual decisão tomasse: Carla, Daiana, Letícia e Amanda, esse trabalho também é de vocês! Obrigada pela paciência e suporte em todos os momentos da minha confusa jornada universitária.

Ao Matias, meu companheiro uruguaio que tive a sorte de encontrar no meio do caminho. Obrigada por sempre me lembrar do quanto isso iria dar certo no final. Sem seu amor teria sido muito mais difícil.

À Paula, profissional maravilhosa que me lembrou diariamente que eu era capaz apesar das dificuldades do meio do caminho.

Ao meu orientador Waldir Rampinelli, por compartilhar comigo os conhecimentos e o pensamento crítico necessários sobre a América Latina e o mundo, obrigada pela paciência e apoio.

A vocês, minha gratidão eterna.

RESUMO

O Zapatismo é conhecido por sua atuação como grupo de luta pela terra durante a Revolução Mexicana (1910). Entretanto, este trabalho procurou defender que mais que uma aparição em determinado período histórico, o Zapatismo é um movimento histórico-social que se origina antes da Revolução e persiste até os dias atuais, sob a expressão do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Para isto, se aplicou a perspectiva analítica da "longa duração", de Fernand Braudel. A pesquisa percorreu as seculares lutas indígenas por seus direitos à terra ao longo da História Mexicana, servindo de base para a ascensão da figura de Emiliano Zapata como líder do *pueblo* de Anenecuilco e do movimento Zapatista.

Palavras-chave: Zapatismo. Longa duração. Movimento histórico. Luta indígena. México.

RESUMEN

El Zapatismo es conocido por su actuación como grupo de lucha por la tierra en la Revolución Mexicana (1910). Sin embargo, ese trabajo buscó defender que más que una aparición en preciso período histórico, el Zapatismo es un movimiento histórico social que nace antes de la Revolución y persiste hasta hoy, bajo la expresión del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Para eso, se utilizó la perspectiva analítica de "larga duración" de Fernand Braudel. La pesquisa recurrió las seculares luchas indígenas por sus derechos a la tierra mientras la Historia Mexicana, base de la ascensión de la figura de Emiliano Zapata como líder del pueblo de Anenecuilco y del movimiento Zapatista.

Palabras clave: Zapatismo. Larga duración. Movimiento histórico. Lucha indígena. México.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA INDÍGENA NO MÉXICO	8
CAPÍTULO 2 – AS FAZENDAS E A EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA INDÍGENA NO PORFIRIATO	23
2.1 Casco das fazendas e a Região de Morelos	30
CAPÍTULO 3 – O ZAPATISMO COMO MOVIMENTO HISTÓRICO-SOCIAL ...	34
3.1 A formação e atuação do Exército Zapatista	41
3.2 Plano de Ayala	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	52
Anexo 1 - Plano de Ayala	52
Anexo 2 – Primera Declaración de la Selva Lacandona	58

INTRODUÇÃO

O tema a ser apresentado foi escolhido a partir de um trabalho para a disciplina optativa "História Contemporânea do México: da Revolução Mexicana ao ano 2000" no segundo semestre de 2015 do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. A proposta do trabalho era estudar Emiliano Zapata e a Revolução Mexicana, apresentando o surgimento do movimento rebelde zapatista neste contexto. É importante destacar que o interesse pelo tema surgiu em uma disciplina optativa, já que a Revolução Mexicana não tem tanto destaque quanto a Revolução Francesa ao longo do curso de graduação, uma vez que o ensino de História conta com uma perspectiva eurocêntrica, ainda muito presente e perpetuada nos cursos universitários.

Os resultados do trabalho, apesar de satisfatórios, deixaram lacunas para melhor compreender o tema. Posteriormente, em contato com o professor e orientador deste trabalho, Waldir Rampinelli, pude perceber que os resultados poderiam ser analisados a partir de uma perspectiva diferente, que não apenas contemplasse o tempo curto, mas também o tempo da longa duração.

Este projeto de pesquisa, se propõe a analisar o movimento que envolve o Exército Zapatista a partir da ótica da longa duração, ou seja, admitindo que o processo de formação do Zapatismo não estava apenas ligado ao fervor da Revolução Mexicana e nem seria um simples movimento de camponeses descontentes em determinado período histórico. Pretende-se ir além, ao expor e analisar o fenômeno do movimento zapatista como um processo, que se arrastou por séculos de opressão e de resistência indígena. Resultante de diversos fatores ligados à causa indígena mexicana, não surge ao acaso da Revolução, e nem termina com o final da mesma; pelo contrário, sua repercussão é antiga e data até os dias atuais.

A importância de estudar o movimento zapatista está ligada com a necessidade de explorar as histórias para além do eurocentrismo e compreender as lutas e

reivindicações existentes na América Latina. O Zapatismo foi e segue sendo um exemplo da luta pela terra e da resistência dos povos originários diante da opressão e da destruição capitalista disfarçada de progresso.

O desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, destaco os principais eventos da História do México necessários para entender o cenário de luta e resistência indígenas. São eles: Conquista, período colonial, Guerra da Independência (1810-1821), Guerra entre Liberais e Conservadores (1858-1860) e a Revolução Mexicana (1910). No segundo capítulo exponho como eram as *haciendas* mexicanas, símbolo da opressão contra os camponeses e indígenas durante o Porfiriato e as condições de servidão a que estes estavam submetidos. Finalmente, no terceiro capítulo explico como surgiu a figura de Emiliano Zapata no contexto de seu *pueblo* de Anenecuilco - local em que os indígenas lutaram para sobreviver desde os tempos coloniais -, como este camponês tornou-se chefe representante do seu *pueblo* e conseqüentemente, entrou na Revolução Mexicana. Além disso, procuro analisar como surgiu o Exército Zapatista e quem foram os camponeses que se aliaram a Zapata e decidiram lutar pela causa das terras.

O historiador Fernand Braudel destaca que os “eventos” são explosivos, que com sua “fumaça excessiva”, enchem a consciência dos contemporâneos, mas não duram. “Vê-se apenas a sua chama.” Pretendo portanto, ir além das chamas que rondam os fatos e adentrar nas raízes do movimento zapatista, através da longa duração, para a compreensão mais efetiva do mesmo, uma vez que a questão das terras no México alteraram-se desde a Conquista espanhola e arrastam-se até os dias atuais.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA INDÍGENA NO MÉXICO

Para analisar a configuração e atuação do movimento zapatista, constituído por indígenas indignados com a perda de seus territórios, liderados por Emiliano Zapata, é necessário elencar alguns fatos anteriores a 1910 e assumir que o movimento está inserido em um processo muito maior do que o período da Revolução Mexicana.

A fim de evidenciar o processo de formação do Zapatismo, destaco os principais fatos da história do México que levaram os indígenas a se levantarem em armas e lutar pelos seus direitos, são eles: Conquista, fase Colonial, Guerra da Independência (1810-1821), Guerra entre liberais e conservadores (1858-1860) e a Revolução Mexicana (1910).

O primeiro fato a ser levado em conta, em uma perspectiva de longa duração, é a Conquista do México, pois foi a primeira experiência em que os indígenas viram-se arruinados, com seu território destruído, terras usurpadas pelos espanhóis e a fé abalada pela imposição do catolicismo.

Para narrar e analisar os fatos da Conquista do México são utilizadas sobretudo as crônicas de viagem dos espanhóis; a de Hernán Cortés, o próprio conquistador, pode e deve ser questionada pela veracidade, uma vez que o mesmo se coloca no centro de todos os acontecimentos e escreve a fim de exaltar sua posição para o Rei da Espanha. As chamadas “probanzas” na verdade são escritas a fim de relatar ao Rei sua obediência ao Reino Espanhol e exaltar a providência divina, na fé crista católica.

Outra narrativa muito utilizada é a de Francisco López Gómara, que não participou da conquista e escreveu a obra “La Conquista de Mexico” em 1552. A narrativa de Gómara também é questionável, pois o mesmo fora contratado pelo próprio Cortés a fim de representá-lo como um herói e exaltar seus atos.

Já a narrativa de Bernal Díaz, intitulada “Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España”, vem em resposta a heroicização de Cortés escrita por Francisco

Gómara, e tem como principal objetivo narrar de maneira verossímil a Conquista. Apesar de todo o narrador, ao desenrolar seu testemunho, envolver seus próprios interesses no mesmo, a produção de Díaz é a mais aceita como verídica, pelo fato do autor ter atuado e assistido pessoalmente as atitudes de Cortés.

O autor narra os fatos nomeando a tripulação, os navios, e sempre que possível usando de detalhes como características pessoais e individualização de cada personagem, além de descrever conversas e acontecimentos casuais para dar mais veracidade ao seu relato. Ninguém descontextualiza a imagem do capitão Hernán Cortés da Conquista, porém atribuir a uma só figura a colonização de um território tão extenso como a do Império Asteca, a dominação dos povos indígenas e a aniquilação de milhões destes é um tanto quanto insensato. Por esse motivo, escolho como fonte principal para tratar da Conquista do México a obra de Bernal Díaz de Castillo.

Os espanhóis desembarcaram no antigo Império Asteca, na liderança do capitão Hernán Cortés, e efetivaram a posse daquela região através da leitura das cartas da Coroa, acreditando que seriam herdeiros da tradição romana e que teriam o dever de dar continuidade à expansão da religião cristã, visto que se consideravam predestinados a conquistar e pacificar aquela região em nome do Rei e de Deus; a partir de fevereiro de 1519 começaram a atuar de forma ativa e direta no México, alterando drasticamente a forma tradicional de vida dos nativos.

Uma vez desembarcados na costa de Veracruz, os espanhóis seguem sua expedição com o objetivo de encontrarem Montezuma, imperador asteca, possuidor de Tenochtitlán e líder da Confederação Mexica, e tomar posse daquele território faustoso, sobre qual as notícias não paravam de chegar.

Logo após o primeiro combate, a cena que segue será corriqueira em toda a narrativa da Conquista da Nova Espanha: espanhóis tentam dialogar com os índios, através de seus intérpretes (o naufrago resgatado, Jerónimo de Aguilar e uma indígena chamada Malinche), explicam a existência de um Rei - ao qual os índios deveriam se tornar súditos e vassalos - e impõe a “verdadeira fé”, principalmente por meio de representações, como a disseminação da imagem de Nossa Senhora e a criação de altares cristãos por todo território Mexica.

O primeiro combate entre espanhóis e índios em Tabasco acaba com cerca de 800 mortos, e demonstra que as táticas de guerra dos europeus eram superiores, uma vez que os mesmos contavam com elementos como pólvora, cavalos e outras estratégias que eram inéditas para os índios. Os espanhóis inovam contra a tradição dos indígenas, que regem seu mundo e sua rotina através da mesma, e impõem seu próprio tipo de guerra (TODOROV, 1999). Utilizam táticas baseando-se na cultura indígena e nos elementos surpresa, como por exemplo, o auxílio de cavalos, então figuras desconhecidas, anormais e amedrontadoras para a população do território Mexica: “Y aquí creyeron los indios que el caballo y el caballero eran todo uno, como jamás habían visto caballos” (DÍAZ, 1939, p. 124)¹.

Outro fator fundamental que possibilitou a tomada das terras indígenas pelos espanhóis foi a aliança com a indígena Malinche, que chegou aos espanhóis ofertada pelos índios depois de diversos desencontros com outros povos da região, o que a fez conhecedora das línguas e das culturas existentes ali. Sem ela não seria possível a comunicação com as diferentes comunidades indígenas, e seria improvável a compreensão da amplitude de línguas e culturas do extenso território.

Durante a expedição para Tenochtitlán, os espanhóis fundaram a Villa Rica de la Vera Cruz, onde ao tomar posse das terras indígenas, construíram Igrejas para que no futuro o local pudesse ser povoado por europeus. É importante destacar que além de usurpar as terras pelas quais passavam, os espanhóis se aproveitaram das inimizades entre vários povos e Montezuma, estabelecendo alianças e prometendo privilégios quando os convinha. Assim, Cortés e seus soldados puderam passar por alguns territórios sem combate, aumentar seu exército com indígenas descontentes com Montezuma e iludidos com a bondade dos espanhóis.

¹ Todas as citações estrangeiras aparecerão em língua original (espanhol castelhano) neste trabalho.

Entretanto, nem todas as alianças eram mantidas: em Cholula, os indígenas decidiram romper aliança com os espanhóis e foram duramente castigados. As atrocidades cometidas com os índios do local foram justificadas pela “traição”, já que “tramavam guerra aos espanhóis”. O cenário de destruição e genocídio é comum na narrativa, justificado pela religião católica como “Guerra Justa”, travada em nome de Deus e em defesa da fé cristã.

O sobrinho de Montezuma, Cacamatzin, foi enviado ao encontro dos espanhóis e os auxiliou na chegada a cidade de Tenochtitlán. Aqui, Bernal Díaz relata a surpresa dos espanhóis diante da construção das cidades sobre as águas, da arquitetura das calçadas e do caminho dificultado para chegarem a cidade de Montezuma:

Y desde que vimos tantas ciudades y villas pobladas en el agua, y en tierra firme, otras grandes poblaciones, y aquella calzada tan derecha y por nivel como iba a México, nos quedamos admirados, y decíamos que parecia a las cosas de encantamiento (DÍAZ, 1939).

Os espanhóis se espantaram com o esplendor da cidade, sua arquitetura planejada, os canais sobre as águas, mercados comerciais e templos indígenas. A grandiosidade do território mesoamericano remonta a tempos antiquíssimos. Com uma super estrutura social e cultural, os indígenas construíram suas cidades e seu cotidiano guiados por sabedoria e tradição; muito antes da chegada dos europeus, a organização social já era presente e funcionava de forma dinâmica e inteligente.

Apesar da admiração e encantamento com o local, os espanhóis estavam ali para tomar posse do território e impor uma nova forma de vida. Cortés teve a ideia de construir um altar para Nossa Senhora perto dos ídolos indígenas; tal atitude revoltou a população, que se viu afrontada perante o atrevimento dos espanhóis e decidiu guerrear. Durante o combate, Montezuma acabou sendo morto, e os templos dos indígenas completamente destruídos.

Depois da guerra, o capitão ordenou que a cidade fosse limpa e reestruturada, uma vez que estava repleta de cadáveres. Cortés convoca seus principais e dá

ordens para povoar cada espaço do Império Asteca com os novos habitantes que chegavam da Europa.

Após toda a destruição de seus territórios, saqueamento de terras, incertezas sobre as alianças com os espanhóis, estupro de mulheres e milhares de mortes, os indígenas se veem derrotados e colocados em um cenário novo e incomum. Impedidos de seguirem suas tradições, rituais, e tendo que forçosamente mudar sua relação sagrada com a terra, com a agricultura e com o milho, como denota a tradição mesoamericana de milênios: uma nova forma de vida se impõe sobre os mesmos.

O milho associa-se à divindade Quetzalcóatl, figura presente na mitologia mesoamericana que incumbe-se da criação da humanidade, da agricultura e sociedade aldeã (FUENTES, 1992, p. 99). Para os povos originários a terra não está a serviço dos indivíduos, e sim os indivíduos estão a serviço da terra, uma cosmovisão completamente diferente da dos europeus.

A destruição dos templos sagrados, e sobretudo da cidade que os espanhóis tanto se maravilharam mas que não pouparam a devastação teve um impacto imenso na vida da população, não só físico mas também simbólico. Chegava ao fim uma era em que os indígenas possuíam liberdade para exercer sua cultura e forma de vida. Isto não significa que os indígenas foram passivos em todo esse processo de devastação, ao contrário, as resistências estão presentes e foram mantidas através das permanências das diferentes manifestações tradicionais da vida indígena.

Bernal Díaz também destaca o fato de que Cortés liberou as índias que quisessem voltar para seus povos para que o fizessem; no entanto, segundo o autor, muitas preferiram ficar com os espanhóis e se converteram. Inclusive a intérprete Malinche, que teria um filho com Cortés: simbolicamente, o primeiro mestiço. Hoje, podemos questionar esses relatos e problematizar acerca da violência da Conquista como um todo para os povos originários e para as mulheres indígenas, retiradas de suas famílias, estupradas e afastadas de suas crianças.

Outro fator importante que deve ser enfatizado sobre a superioridade espanhola em relação aos indígenas na guerra, foi a questão bacteriológica. A varíola foi

introduzida no Império Asteca por navegantes espanhóis que vinham atrás de Cortés, liderados por Pánfilo de Narváez, em 1520. Estima-se que como consequência da epidemia houve de 3 a 10 milhões de mortes.

Após a “limpeza” do território, Cortés manda reunir todas as jóias e tesouros usurpados de Montezuma, que mais tarde seriam enviados à Espanha para o Rei. Como governador, divide os povos e manda construir igrejas, hospitais e mosteiros. Posteriormente, chegam na Nova Espanha religiosos enviados pelo Rei com a finalidade de converter os índios e disseminar a fé cristã. Assim, a República dos espanhóis no território mexicano foi fundada: em cima de extorsão de territórios e dos ossos do genocídio.

A Conquista, termo que deve entender-se não só como o desenlace de uma vitória militar, mas como um complexo processo de enfrentamentos foi um período que se prolongou até aproximadamente 1560 (MARTÍNEZ, 2002). Após consolidada, seus feitos ficam para trás e inicia-se um verdadeiro sistema de dominação colonial. Dois cenários se entrelaçam - a República dos espanhóis, urbanizada, e a República dos indígenas, rural. Os indígenas se viram obrigados a trabalhar para os espanhóis a fim de obter o mínimo de sustento para sobrevivência.

O capitalismo começara, então, a dar seus primeiros passos no território. Em 1632 ocorre a Reforma de Repartimiento, a primeira estrutura de organização dos espanhóis a fim de melhor explorar os minérios, precedendo os sistemas de *encomiendas* e de *haciendas*. O processo irá aumentar a difusão da moeda, os indígenas começam a oferecer seus serviços em troca de salário, e o mercado agrícola, com seus produtos entrando em circulação de maneira ampla e competitiva, cresce juntamente com a agropecuária. Enquanto a expansão das *haciendas* e do mercado agrícola crescia, os *pueblos* indígenas sofriam com a fragmentação e reivindicavam seus costumes e suas tradições.

As condições de vida dos indígenas no período era composta tanto por abusos do governo, que forçava a compra de produtos a preços inflacionados, quanto por exploração de trabalho no meio rural em que os espanhóis tiravam proveito. Bernardo

García Martínez explica que “(...) esto implicaba también explotación descarada del trabajo (...) Pero aun los abusos tienen un límite socialmente aceptable, y cuando éste se rebasaba surgía la protesta en todas sus formas”.

As consequências do descontentamento dos indígenas como mão de obra servil, alta exploração e perda da terra foram as revoltas regionais (Tehuantepec, 1660) e motins urbanos (México, 1662), além do início do “bandoleirismo”.

A revolta de Tehuantepec em 1660 foi causada pela insatisfação dos indígenas da região de Tehuantepec, Tequisistlan, Nejapa, Villa Alta e Ixtepeji, resultado da exploração exacerbada e das condições de trabalho perniciosas realizadas pelas autoridades dos vice reis.

Após terem suas queixas ignoradas e sofrerem açoites e castigos intensos por parte das autoridades, mais de 6 mil indígenas se organizaram, e armados decidiram colocar fogo na fazenda do alcade Don Juan de Avellán e matá-lo. O episódio, narrado em cartas pelos religiosos da região, evidencia que os indígenas já haviam protestado contra os abusos do alcade, e não obtendo respostas positivas, mas castigos e açoites em praça pública, decidiram rebelar-se. Após assassinares o governador correram pelas ruas armados e tocando tambores, deixando claro que não tolerariam mais autoritarismos (MUNCH, 1982).

Após este episódio, o vice rei averiguou as denúncias e enviou um governador mais “amigável”. Os indígenas conseguiram desta forma, pela primeira vez durante a era colonial, à base de rebelião, serem ouvidos e terem suas queixas solucionadas.

Após este período colonial conturbado, a Guerra da Independência foi outro ponto importante para ressaltar a atuação dos indígenas no cenário nacional e suas reivindicações pela terra extorquida e costumes perdidos.

No período da Independência (1810-1821) a sociedade mexicana era um verdadeiro mosaico humano formada por distintos povos e interesses conflitantes. Os indígenas representavam 60% da população, porém estavam em condições de trabalhos péssimas, endividados e sem direitos mínimos.

A independência começa com a forma de uma revolução e transforma-se em uma guerra, um processo inicialmente carregado pelas classes de baixo, mas finalizado nas mãos das classes de cima. Inicialmente, ainda de caráter popular, a independência leva os indígenas a se reunir sob o comando do padre Miguel Hidalgo y Costilla (liberal que conspira contra o vice rei juntamente a outros liberais) para buscar alternativas para atender os reclames indígenas acerca da terra.

Apoiados por Hidalgo, os indígenas veem na luta pela independência uma chance para mudar de vida e regressar às raízes do México profundo. Todavia, o vice rei toma conhecimento da conspiração, fazendo com que o padre levante um exército de indígenas no povoado e tome a cidade de Guanajuato em seguida. Hidalgo assina decretos para a devolução das terras comunais², reivindicando-as para uso exclusivo dos indígenas. A posteriori, as forças espanholas o fuzilam.

Com a morte de Hidalgo, outro padre, José Maria Morelos assume a liderança no cenário de luta pela independência, também ao lado dos indígenas; entretanto, não atuando na mesma região. Morelos é um estrategista que arma guerras e guerrilhas, uma figura muito importante que promulga o primeiro decreto de Independência em 1813.

É válido destacar que apesar dos padres se envolverem no processo de Independência e apoiarem a volta das terras comunais aos indígenas, a Igreja Católica foi fundamental para dominação dos povos da Mesoamérica, conjuntamente aos espanhóis, empenhada na “Conquista espiritual” dos povos indígenas. Sendo assim, mesmo apoiando a luta pelas terras comunais, os padres compartilham da visão de que a verdadeira fé é a cristã, e que os indígenas deveriam ser convertidos.

Em 1815, José Morelos também é fuzilado. O movimento popular perde a força e os *criollos* desenvolvem uma dinâmica que começa a ter sucesso na independência; consegue-se, então, que o México torne-se independente nas mãos da classe dominante. Para os indígenas a independência significou um breve momento em que recuperam suas terras, mas que logo em seguida a perdem novamente e passam a

² Terras comunais: pedaço de terra onde todos os indígenas trabalham juntos e dividem a riqueza.
*Ejid*os: pedaço de terra em que se trabalha individualmente. Essas terras não podem ser vendidas.

ser explorados pelos “patrões” mais de perto, pois estes passam da Europa para o México.

Adolfo Gilly trata da experiência mexicana da Independência como uma guerra de massas, onde havia uma revolução agrária em gestação, ao contrário da América do Sul. O processo começou com a ala jacobina e acabou na mão dos conservadores, representados pela Igreja e pelos grandes latifundiários (GILLY, 1994).

Após a Independência ocorre um período anárquico de 1821 a 1856, onde os líderes que participaram dos processos de independência da América Latina começam a reivindicar pagamentos por estes (como terras e latifúndios); para isso, recaem sobre as terras indígenas. Neste mesmo período, os Estados Unidos avançam sobre o México, sustentados pela Doutrina do Destino Manifesto, invadindo as terras mexicanas por vários flancos, com os pretextos de levar a “modernidade” e a “civilização” sob a “barbárie”.

A expansão inicial do capitalismo norteamericano ocorre em 1831, amparada pela Doutrina do Destino Manifesto. Os EUA apoderam-se de metade do território mexicano que hoje corresponde aos estados do Texas, Nevada, Utah, Colorado, Novo México, Arizona e Califórnia; usurpam e lutam nas terras mexicanas ao estilo das antigas guerras de Conquista.

Em 1858, ocorre a guerra entre Liberais e Conservadores: a Guerra de Reforma, travada pelos liberais contra os conservadores representados pelo presidente Santana, que governou o México de 1821 a 1856.

Os liberais tinham o apoio implícito dos Estados Unidos, além de intelectuais e parte da Igreja; representavam a modernidade e defendiam uma República Federativa. Havia algumas divisões entre os liberais: os jacobinos, moderados e fazendeiros, que buscavam acabar com a posse de terras da Igreja (equivalente a $\frac{2}{3}$ das terras mexicanas) e com as terras comunais indígenas.

Os conservadores, por sua vez, representavam a classe apoiada pelos grandes latifundiários, Igreja e Exército, além de receberem apoio da França durante o

processo. Favoráveis à Monarquia, perdem a guerra para os liberais e assistem Benito Juárez, liberal moderado, subir à presidência.

As bases do México moderno estão nas demandas liberais, onde o centro é a figura de Benito Juárez; a classe liberal foi formada por diversos setores de uma burguesia emergente que buscava inserção no comércio mundial e uma reorganização do comércio interno, onde poderiam ser inseridos nos espaços internos da economia.

Os indígenas, nesse cenário, são atraídos tanto para um lado quanto para o outro, uma vez que a questão da terra estava novamente em jogo. Chegam a atuar nas lutas, porém após a vitória dos liberais, perdem suas terras outra vez. Nesse conflito entre modernidade e conservadorismo não há espaço aos processos revolucionários indígenas, que acabam sofrendo as consequências e voltando à posição de usurpados.

Em 1857, os vitoriosos instauram a Constituição que carrega os princípios liberais da Reforma; uma vez que os conservadores eram apoiados pela Igreja, o Papa Pio IX declara nulas e sem valor as Leis de Reforma e a Constituição do país. Para exaltar ainda mais os ânimos, em 1859 ocorre a nacionalização dos bens da Igreja, o que significa uma separação completa do Estado. O conceito de secularização e Estado Laico chega ao México, e reflete até os dias atuais na identidade e na configuração do país.

O principal resultado das Leis de Reforma na região central e sul do país, segundo Gilly (1994, p. 17), foi o surgimento de uma nova classe de pequenos agricultores. Nova concentração de latifúndios, um processo que se arrastou por décadas, onde as terras comunitárias e comunais foram fracionadas, vendidas por preços irrisórios e indígenas e camponeses foram obrigados a trabalharem como *peones* para os *terratenientes*.

A posse das terras pelos grandes latifundiários criou uma dinâmica de exploração de trabalho muito intensa para os indígenas, que neste período atuavam nas *haciendas*, especificamente nos engenhos de açúcar, onde enfrentavam uma rotina

tão pesada e desgastante quanto no regime colonial. Esta configuração de trabalho e exploração dos povos originários pelos fazendeiros no período denominado Porfiriato será tratada detalhadamente no capítulo 2.

O triunfo dos liberais na Guerra de Reforma significa a abertura das portas para o capitalismo no México, e o Porfiriato, a sua consolidação.

Porfírio Díaz, ditador mexicano que permaneceu no poder de 1876 a 1911, saiu por um breve período do governo onde quem o substituiu foi um amigo, sem mudanças visíveis. A ditadura de Porfírio foi conhecida pelos abusos de poder, crescimento do capitalismo e importância ao mercado externo. Durante o Porfiriato ocorre uma expansão das terras dos grandes latifúndios e dizimação extrema das terras comunais.

As “compañías deslindadoras²” realizavam a delimitação de terras vazias, utilizando, na realidade, as terras que pertenciam aos indígenas com o propósito de trazer colonos estrangeiros para o México. Foi o encadeamento de extensão das *haciendas* para praticamente todo o território mexicano (exceto norte). Gilly explica o processo:

En realidad no había tal cantidad de tierras baldías, las compañías fueron una de las formas de despojo violento de tierras a los campesinos indios, a los pueblos y comunidades campesinos. Los inmensos latifundios de la región central incluían poblados enteros en su territorio (GILLY, 1994, p. 20).

Outro ponto de mudança notório no Porfiriato foi o avanço das comunicações e transportes. A criação de linhas de trem, que no início de seu mandato compreendiam uma extensão de 600 km, passaram para 20000 km em 1910, mudando o ritmo de vida dos habitantes dos lugares por onde passavam, aumentando o comércio, alterando a dinâmica com que as notícias e mercadorias chegavam nos até então locais remotos de vida camponesa.

² Leis de colonização formaram as “compañías deslindadoras” apoiadas pelo Porfiriato, autorizando indivíduos e instituições a delimitarem terras baldias e trazer colonos estrangeiros para trabalharem nelas. As companhias pertencentes às oligarquias ficavam com 1/3 das terras que delimitavam como parte do trabalho, com cerca de 49 milhões de hectares delimitados até 1906 (GILLY, Adolfo. 1994, p. 9).

Por um lado, a mudança de vida fez com que os camponeses indígenas comprovadamente estivessem mais organizados para revoltas e rebeliões, e por outro, fez com que o Estado fosse mais centralizado, e os instrumentos de repressão chegassem mais depressa. As linhas de trem que traziam o capitalismo, a modernidade juntamente à repressão aos indígenas camponeses, também foram palco da Revolução no período de guerrilha no país.

Após a enérgica guinada capitalista do Porfiriato, e das drásticas mudanças na vida camponesa, os indígenas puderam se organizar novamente na Revolução Mexicana, saindo das margens da sociedade, a fim de reivindicar seus direitos.

Na região de Morelos, o cenário de repressão nas *haciendas* crescia na mesma proporção em que o capitalismo avançava na ditadura de Porfírio Díaz. Era tempo de disputas eleitorais para o cargo de governador neste território, o que despertou ainda mais o clima de mudança, surgindo, pela primeira vez após tanto tempo, uma oposição organizada (WOMACK, 1987).

Os candidatos às eleições eram Pablo Escandón (escolhido pelos fazendeiros e aprovado por Porfírio Díaz) e Patrício Leyva (filho do general Leyva). O povo posicionou-se à favor de Leyva; nos bastidores da corrida eleitoral, ocorre uma organização popular que o apoiava devido às promessas de terra para os camponeses indígenas realizadas em troca de apoio.

Escandón ganha as eleições, porém com uma mudança significativa na postura dos moradores de Morelos. Os campesinos agora passaram a se organizar e reclamar dos abusos sofridos pelos fazendeiros e autoridades, além das péssimas condições de trabalho e extrema pobreza. O governo de Escandón declarou-se escancaradamente contra os *pueblos*; prova disso é a criação de uma Lei Geral de Revalorização dos bens imobiliários em junho de 1909, onde reduzia impostos dos fazendeiros e aumentava os do pequeno agricultor.

Além da repressão organizada por Escandón, a dinâmica do governo de Porfírio contribuiu à dizimação dos *ejidos*, das terras comunais e dos *pueblos*, já que os avanços das *haciendas* não permitiam que os costumes tradicionais da população fossem mantidos. O governo de Pablo Escandón, como bom proprietário de terras e científico, fazia da opressão uma prática política.

No cenário nacional, por sua vez, todas as classes sociais querem expulsar Porfírio Díaz do poder, e para isso, se luta inicialmente para uma nova eleição. Entre as figuras elencadas para substituir Porfírio está Francisco I. Madero, um burguês que buscava uma revolução política, e não social. Madero vai chamar a atenção dos indígenas e camponeses com o seu “Plano de São Luís Potosí”, documento escrito em outubro de 1910 que convoca o povo mexicano para a luta armada contra a ditadura porfirista.

Com o lema: “Sufrágio efetivo, reeleição não!” Madero alertou o povo mexicano para a necessidade da luta armada contra Porfírio Díaz, e impulsionado pelo seu Plano, buscava uma reforma político-militar, porém sem preocupações econômicas e sociais; com exceção do artigo 3º que cita a restituição de terras aos camponeses despossuídos delas, chamando a atenção dos indígenas para uma possível aliança em prol dos territórios perdidos e dos direitos tradicionais.

A campanha anti reelecionista de Madero começa e apesar de não conseguir despertar a atenção de muitos grupos do estado de Morelos, conseguiu captar as camadas populares. Em 1911, houve uma ação dos rurais que nenhuma autoridade conseguiu impedir: a Revolta do município de Ayala, na zona sul de Cuautla. Quatro comunidades rurais estavam há muito tempo em conflito com as *haciendas* da região de Hospital. Os camponeses estavam armados e aquela região era conhecida pelo maior número de militantes em Morelos, com a tradição de “não submissão” há gerações. O líder da resistência era o *jefe* da pequena aldeia de Anenecuilco: Emiliano Zapata. Escolhido e nomeado líder pelo povo da aldeia de mais de 700 anos de tradição, tinha como secretário Francisco Franco, que afirmava que o povo “só queria alguém digno para os representar”.

As tentativas de revoltas populares da região foram reprimidas e Zapata foi enviado pelo genro de Porfírio Díaz para trabalhar com ele como chefe de seus estúbulos. Entretanto, seus conterrâneos continuavam a lutar por suas terras, pedindo auxílio de advogados e chefes políticos. A aldeia passou a desmembrar-se e quase desaparece; quando Zapata retorna, toma a decisão de que o povoado teria as terras de volta, pelas vias legais ou não.

Zapata e seus companheiros, a denominada Junta de Ayala, tinham interesse na figura de Francisco I. Madero e no seu plano, São Luís Potosí, especificamente no que se tratava da questão da terra, tema essencial aos camponeses. Os dois líderes passaram a corresponder-se, e os camponeses decidiram apoiar Madero com a possibilidade de retornarem às suas terras roubadas.

Os indígenas e Madero possuíam interesses e realidades muito distintas. Apesar de citar o problema da terra, Madero era um burguês, fazendeiro, que de nada entendia sobre a usurpação de direitos dos povos originários e restituição de terras aos camponeses. Na primeira oportunidade que teve de seguir com o plano de não reeleição, esqueceu dos indígenas e se aliou com o restante da classe dominante.

A traição aos indígenas deu-se em 21 de maio do mesmo ano, quando juntamente a Francisco Carvajal, Francisco Vázquez Gómez e José Maria Pino Suárez, Madero firmara os “Tratados de Ciudad Juárez”, que tinha como objetivo impor a renúncia a Porfírio Díaz e passar o governo ao ministro de Relações Exteriores Francisco León de la Barra que se comprometia a chamar novas eleições.

Os acordos tinham o intuito de dar por concluída a Revolução, desarmar os rebeldes e revolucionários e restabelecer a ordem jurídica pré-existente com base no Exército Federal, nos poderes Legislativo e Judiciário. Como consequência, excluiu-se a exigência de uma mudança radical da estrutura agrária, a principal reivindicação camponesa que em nada beneficiaria as classes dominantes.

Apesar de Zapata ter se mostrado leal a Madero na região sul, apoiando-o através de incentivo e conscientização do povo diante da ditadura de Porfírio, o fazendeiro concluiu que era impossível uma mudança nas distribuições das terras. Além disso,

Madero não alterou a estrutura do Exército de Porfírio Díaz, que continuava a oprimir e castigar os camponeses, dizimando os *pueblos* por onde passavam. Quando as tropas do general sanguinário Victoriano Huerta adentraram em Morelos e atacaram os povoados, Zapata declarou-se oficialmente contra o governo federal.

Em novembro de 1911, cria-se o “Plano de Ayala”³, denominado por John Womack “a escritura sagrada do Zapatismo”, sendo o esboço da revolução zapatista. O Plano de Ayala condenava a traição de Madero e registrava as demandas pela restituição das terras retiradas durante o Porfiriato, além da redistribuição agrária das *haciendas* maiores, com indenização.

Francisco I. Madero não se dera conta que ao levantar os ânimos indígenas, que já estavam fartos de tanta opressão, não poderia mais voltar atrás. Era um caminho sem volta: os indígenas já sabiam como e por onde conseguir que suas reivindicações fossem ouvidas. Como consequência da traição de Madero, os indígenas viram-se mais uma vez abandonados do curso da história nacional mexicana. Contudo, o que Madero e os outros líderes burgueses não esperavam enquanto cantavam a vitória e o fim da Revolução Mexicana, era que para os indígenas, a verdadeira Revolução começava agora.

³ O documento se encontra na íntegra em anexo.

CAPÍTULO 2 – AS FAZENDAS E A EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA INDÍGENA NO PORFIRIATO

Durante o Porfiriato ocorre uma expansão significativa do desenvolvimento do capitalismo no México. Porfírio Díaz foi o primeiro presidente mexicano a conseguir uma reforma econômica para expandir o fluxo de capital no país. A raiz dessa estrutura são os latifundiários, que estarão voltados para o mercado externo (Estados Unidos e Europa). Neste período não havia apenas latifúndios no México, mas os pequenos proprietários e os *pueblos indígenas*. Estes perderão as terras para os latifundiários.

Além disso, os investimentos realizados no governo de Porfírio refletem também na militarização, uma vez que não só o Exército, mas também as chamadas Guardas Rurais serão encarregadas de eliminar os *pueblos* por meio da força e acabar com a terra comunal. O massacre dos povos originários foi estrondoso durante o período de 1876 à 1910, calcula-se que no final do Porfiriato mais de 95% dos *pueblos* perderam terras comunais (KATZ, 1980).

O símbolo da opressão contra os indígenas eram as *haciendas*. Com o aumento da produção, a forma de vida dos mesmos piorou drasticamente. Neste capítulo pretendo esboçar as condições de servidão em que os camponeses indígenas se encontravam além de descrever o estilo de vida nas *haciendas* tradicionais mexicanas.

A servidão dos povos originários do México remete aos tempos coloniais, como já descrito anteriormente; a reforma de *repartimiento* e as *encomiendas* além de utilizar da mão de obra indígena em condições precárias, também usurparam suas terras. Após a independência da Coroa Espanhola, o Porfiriato trouxe aos índios mexicanos ares ainda mais sombrios que os anteriores.

As condições de trabalho e vida nas *haciendas* foram tão árduas quanto às da remota Conquista e tempos coloniais. O historiador e antropologista Friedrich Katz descreve as *haciendas* de Norte a Sul em seu trabalho intitulado “La servidumbre agraria en México en la época porfiriana” e conclui que apesar de não haver um padrão uniforme de *peonaje* nas *haciendas*, há uma tendência na história nacional em usurpar as terras dos povos originários a fim de expandir o progresso:

Hay una tendencia lineal documentada a lo largo de la Historia de Mexico desde 1427 hasta 1910: La constante expansión de la propiedad privada a expensas de la propiedad comunal” (KATZ, 1980).

O foco deste capítulo não é o de caracterizar detalhadamente a estrutura complexa das *haciendas* e de cada membro da estrutura de trabalho, mas destacar as condições de servidão que os camponeses indígenas se encontravam mesmo após uma Independência política e com o capitalismo avançando a passos largos às custas da servidão da exploração das terras comunais.

Contradições do capitalismo presentes no - enquanto há uma expansão tecnológica no país, há também condições semifeudais nas *haciendas* espalhadas por grande parte do território nacional. Os avanços tecnológicos como o uso de máquinas, ficaram restritos à transformação da matéria prima; na colheita e semeio, era mais barato implantar a mão de obra servil.

Após a tomada de suas terras para a expansão das *haciendas*, os indígenas e camponeses se perceberam em uma situação de servidão extrema com o fazendeiro. Muitas vezes os grandes proprietários de terra inseriam o *pueblo* dentro dos limites do latifúndio e cercavam os povoados, gerando uma dívida vitalícia para os indígenas que agora seriam denominados “*peones acasillados*”.

Os *peones* que outrora trabalhavam nas suas próprias terras para a própria subsistência agora eram obrigados a plantar e colher a fim de gerar lucro para o fazendeiro. Em troca de uma moradia pequena, as *chozas*, um pouco de água e

alimentação precária, os *pueblos* foram perdendo sua identidade em nome do progresso de Porfírio Díaz.

Apesar das condições extenuantes, o discurso dominante não se referia à condição agrária dos povos originários como servidão, mas era carregado de uma ideologia paternalista que buscava justificar o tratamento com os mesmos como uma forma de correção, educação e inserção na sociedade. Em um dos congressos agrícolas (reunião dos fazendeiros patrões, nos quais os camponeses não participavam), um dos licenciados destacou a importância de educar desde cedo os *peones* a fim de colocá-los no seu devido lugar e aceitar sua posição. Essa fala ilustra bem o pensamento da classe agrária da época:

Esa doctrina imbuida al labriego desde niño le enseñará a soportar con resignación y con alegría la dura ley de su humilde condición; le advertirá el alcance de sus obligaciones consigo mismo y con sus semejantes; le adiestrará a reconocer la autoridad del que le gobierna, a respetar sin murmuraciones ni rebeldías la diferencia de clases que Dios ha permitido para el mayor esplendor de su gloria; le hará ligera su carga y suave el juego de la obediencia (HOZ, 1906 *apud* KATZ, 1980).

A ideia de adestrar o trabalhador desde criança vem do medo das revoltas e rebeliões dos camponeses que eram tratados em condições subumanas. Além disso, a providência divina citada por Manuel F. de la Hoz no Congresso de Tulancingo de 1906 expõe uma grande aliada da classe latifundiária: a Igreja, dependente economicamente e que apoiava a política de imposição dos fazendeiros. Com a ajuda de instituições clericais a pretensão era que o *peón* não tomasse consciência de classe e simplesmente aceitasse de cabeça baixa seu doloroso “destino”.

Sabe-se que a ideologia paternalista e cristã de “adestrar” os indígenas para a mão de obra é embasada pelo racismo presente desde os tempos coloniais. No caso dos trabalhadores do campo, o racismo se divide em dois: o dos povos imperialistas (produto das tendências europeias e estadunidenses) e a ideologia dos científicos do governo de Porfírio Díaz, sócios menores dos países imperialistas e pretendem

comprovar a inferioridade indígena. Como exemplo, podemos citar os *mayas* de Yucatán que eram referenciados como “raça degenerada” nos documentos oficiais do governo. Através da ideia difundida em larga escala acerca da subalternidade indígena, estes eram tidos como um problema social temporário, uma vez que tinha-se a ideia de que o embranquecimento dos povos originários era sinônimo de progresso, sendo essa prática violenta conhecida historicamente. A solução perfeita seria explorar sua força e usurpar suas terras em benefício do avanço do Estado e do enriquecimento dos latifundiários.

Antes do Porfiriato (entre os séculos XVIII e XIX) quatro tendências de *peonaje* eram muito comuns nas *haciendas* mexicanas: Os *peones de residencia* ou *acasillados* (majoritariamente agrícola contando também com vaqueiros, pastores e artesãos); os *trabajadores eventuales* (lavravam a terra por tempo limitado durante o ano, também chamados *índios vagos*, não eram residentes permanentes, passavam apenas parte do ano em uma fazenda/mina/cidade); os *arredantarios* e os *medeeros* ou *aparceros* (KATZ, 1980).

Destaca-se também que havia uma diferença do tratamento entre as diferentes “categorias” de trabalhadores. Normalmente havia tensões entre os *peones acomodados* e *peones acasillados*. Além disso, os trabalhadores temporários realizavam a maior parte do trabalho: Katz (1980) descreve-os como um grupo complexo e mais difícil de especificar do que os residentes que podiam ser moradores de aldeias livres e donos de terra ou pequenos proprietários em busca de terra complementar. Já os arrendatários viviam permanentemente no grande latifúndio, possuíam mais terras que os outros e eram obrigados a pagar o fazendeiro em efetivo ou produtos além de trabalharem um período do ano nas terras da própria *hacienda*.

Com a política do Porfiriato de avançar o capitalismo por todo o território, a prática de trabalhar somente um período do ano para o fazendeiro a fim de complementar a renda foi diminuindo, aumentando-se a demanda de mão de obra e a produção, tornando a *peonaje* por endividamento comum. Diferentemente do século XVIII, os

indígenas viam-se sem saída diante dos grandes proprietários, uma vez que antes podiam negociar por haver uso da terra comunal.

Katz (1980, p. 12) define a *peonaje* por endividamento como uma prática de trabalho forçado, com o governo se negando oficialmente a consentir a servidão ainda que a tolere tacitamente e a caracterize por outro nome; reconhece-se os indígenas como homens livres, mas a realidade os prendia permanentemente na terra em que trabalhavam.

É importante destacar que o modelo geral das *haciendas* era parecido mas havia diferenças regionais - no Centro e Sul do país o aumento da mão de obra era mais significativo, o que gerava condições ainda piores de exploração. O autor John K. Turner evidencia que em Oaxaca, no Valle Nacional, o fazendeiro preferia adquirir um *peón* por pouco custo e levá-lo à exaustão do que contratá-lo em condições justas e conservar um bom trabalhador:

El esclavista de Valle Nacional (...) ha descubierto que es más barato comprar un esclavo en 45 dólares, hacerlo morir de fatiga y de hambre en siete meses y gastar otros 45 en uno nuevo que dar al primer esclavo mayor alimentación, no hacerlo trabajar tanto y prolongar así su vida y sus horas de trabajo por un periodo más largo (TURNER, p. 27 *apud* KATZ, 1980).

Apesar das diferenças regionais, Channing Arnold e J. Tabor Frost destacam que conhecendo-se uma *hacienda*, conhecia-se todas, a real diferença estava na extensão⁵. Com estilos muito parecidos, normalmente eram formadas da casa grande onde viviam os patrões e de diversas cabanas enfileiradas onde viviam os indígenas e camponeses com suas famílias.

Os autores descrevem em documentos um dia no latifúndio de Yucatán, onde os indivíduos sob regime forçado começavam a trabalhar assim que o sol nascia e

⁵ *apud* KATZ, p. 61.

apenas realizavam sua primeira refeição por volta das onze da manhã, geralmente composta de feijão preto (raramente com alguma variedade), comiam e voltavam a trabalhar até o anoitecer. Privados da liberdade, os jovens vendiam-na para o patrão assim que completavam seus vinte e poucos anos, permanecendo condenados a viver naquele pedaço de terra que outrora pertencia a eles. Apesar do direito original, sem os títulos da terra, a palavra do latifundiário era a final. Além de trabalharem incessantemente com uma alimentação débil, os camponeses eram obrigados a se relacionar apenas com as mulheres da própria propriedade, pois assim o patrão garantia mais um escravo com o nascimento de um filho. Era comum a prática de senhores enviarem às *haciendas* suas empregadas domésticas da cidade para casarem com os *peones* e multiplicar o número de escravos.

A tentativa de fuga era frequente, por conta disso todo um sistema foi criado a fim de “recapturar” camponeses que tentavam fugir do triste destino. Guardas rurais liquidaram as revoltas dos que se rebelavam e faziam o trabalho sujo que o Exército não poderia fazer. Além disso, havia funcionários próprios contratados pelos donos das terras para capturar os fugitivos, incluindo alguns caciques de *pueblos* pagos para informar os fazendeiros caso algum *peón* fugisse, o que ilustra a ruína da identidade dos povos originários agora obrigados a lidar com a brutalidade do capitalismo do Porfiriato.

Não bastasse a exploração diária a administração da hacienda ainda contava com outro objeto central de extorsão: as *Tiendas de Raya*, local onde vendia-se comidas, roupas, medicamentos e outros objetos de uso cotidiano a preços inflados e qualidades péssimas. Luís Cabrera⁶, político e advogado mexicano, discursou em dezembro de 1912 na Câmara dos Deputados e denunciou a situação, destacando que a

⁶ CABRERA, 1912. Disponível em:

http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1912_213/Discurso_pronunciado_por_Luis_Cabrera_ante_la_C_ma_104.shtml .

exploração não se tratava apenas de um abuso, mas uma necessidade de sistema de administração já que não se concebe uma *hacienda* sem a *Tienda de Raya*; é nela que se endivida os *peones* e que se dá um grande lucro complementar para o latifundiário visto que os produtos são vendidos arbitrariamente, com baixa qualidade e preços altos.

Inseridos no cenário de trabalho forçado que os impede de sair da *hacienda* e gerada uma dívida eterna com o latifundiário, muitos indígenas já nascem na *hacienda* e ali permanecem enraizados. O sistema de coerção em Yucatán, por exemplo, impedia o camponês endividado de ser contratado em outra *hacienda*. Uma vez que para estar em débito não era necessário grandes atitudes além de alimentar-se, vestir-se e comprar outros objetos necessários para a sobrevivência, a dívida nunca acabava.

Há relatos de camponeses que ao tentar quitar a dívida depararam-se mais uma vez com os abusos dos patrões que falsificavam os livros de finanças das *Tiendas de Raya*. Também deve-se destacar que até mesmo os trabalhadores temporários recebiam tão pouco que não possuíam dinheiro sequer para voltar às suas cidades natais. Advogados registraram no período denúncias de indígenas que eram açoitados e castigados nas *haciendas*, além de relatos de homens que eram capturados para virar *peones* com a desculpa de que “fugiram da fazenda” mesmo relatando nunca sequer haver colocado os pés naquelas terras. O racismo escancarado na sociedade prejudicava e oprimia fortemente os indígenas, ainda visível nos dias de hoje.

Katz chama a atenção para o fato de que apesar do México ter uma rica documentação do período colonial, o que se tem de documentos oficiais do Porfiriato acerca das *haciendas* é escasso, uma vez que os arquivos das mesmas não se abrem para historiadores realizarem suas pesquisas. Além disso, ao que se tem acesso raramente foi produzido pelos próprios camponeses, ou seja, há poucos testemunhos dos explorados; o que não nos impede de ter uma noção das condições brutais a que os indígenas foram mais uma vez na História Mexicana submetidos.

Portanto, pode-se concluir que o Porfiriato foi um dos períodos em que os indígenas mais padeceram, pois além da perda de direitos e das tradições, também perderam suas terras e sua liberdade por conta da expansão do capitalismo. Com um progresso sem desenvolvimento, o capitalismo primário-exportador e dependente de Porfírio Díaz beneficiava principalmente a oligarquia, a Igreja Católica, os científicos, os banqueiros, o capital externo, os guardas rurais e o Exército Federal.

Neste contexto de exploração e perda de terras o Zapatismo surge como uma forma de expressão da revolta que o Porfiriato acentua, não significando que Zapata tenha sido o precursor ou o único camponês a se indignar com a situação, tampouco significa afirmar que o Zapatismo só surge por conta do Porfiriato, mas sim, como já foi destacado aqui, representa um movimento que vem “engatinhando” por séculos e encaminha-se para eclodir na Revolução Mexicana, com suas consequências repercutindo até os dias atuais. A questão da terra não foi um problema exclusivo do capitalismo de Porfírio, mas intensificou a mesma de tal forma que veio a desembocar em uma revolta.

Também não pretende-se afirmar que todos os *peones* das *haciendas* do território se rebelaram - pelo contrário, Katz afirma que não é possível fazer esse levantamento, já que muitos *peones* acabaram realmente conformados com o estilo de vida imposto a eles. Porém, é inegável que as condições agrárias e a servidão tiveram seus efeitos nas campanhas de resistência indígena e no desenrolar da história do Zapatismo.

2.1 Casco das fazendas e a Região de Morelos

Adolfo Gilly (1994, p.15) descreve as *haciendas* referindo-se à sua composição/estrutura normalmente rodeadas por muros altos protetores onde estavam a casa do grande proprietário, com todas as comodidades e luxos da aristocracia. Havia também as casas de administração onde viviam os empregados da classe média. Dentro desse “casco” central localizava-se a Igreja, a prisão, os estábulos e a horta para a alimentação dos senhores e seus dependentes. Algumas

haciendas contavam também com pequenas escolas para os filhos dos empregados. Fora deste “casco”, há quase um quilômetro de distância, localizavam-se as habitações dos *peones*: “una habitación por familia, con pisos de tierra, sin ventanas, frente a una calle única de tierra suelta, en medio de la mayor miseria” (GILLY, *idem*).

Esta configuração das *haciendas* deixa visível a luta de classes do período - os patrões da aristocracia e os empregados da classe média do lado luxuoso, enquanto os *peones* se afundavam em meio à miséria e o descaso, condenados a viverem em condições insalubres e subumanas.

A transformação do regime de Porfírio Diaz numa plutocracia cada vez mais poderosa facilitou a vida dos fazendeiros de Morelos. O Ministério das Obras Públicas vendeu-lhes quase todos os terrenos públicos que ainda existiam no Estado, deferindo também os seus pedidos de títulos de propriedade absoluta sobre as terras por eles adquiridas. A legislação criada pelo governo federal pôs em perigo os títulos de propriedade dos indígenas.

Usurpados de seus direitos à terra, muitos também ficaram sem acesso à água. Sempre que os camponeses decidiam inquirir sobre esta questão, os tribunais locais, numa atitude subserviente às classes dominantes, aprovavam as expropriações a favor do latifúndio (WOMACK, 1987, p.46).

Os *pueblos* da região sucumbiam enquanto as *haciendas* cresciam:

As plantações pareciam cada vez mais ser as únicas instituições legítimas. Dir-se-ia que os outros tipos de comunidades existiam apenas como simples meios de recurso e que todos os seres humanos de Morelos deviam colocar os seus destinos, superiores ou não, ao dispor dos plantadores, limitando-se a viver à sombra das suas empresas cosmopolitas (WOMACK, 1987, p. 47).

Começaram a desaparecer aldeias. As que se encontravam isoladas nas montanhas da zona norte do Estado, como Tepoztlán, gozavam de uma certa segurança, ao contrário das que se situavam nas zonas florestais, perto de caminhos de ferro ou vales bem irrigados, sendo estas muito vulneráveis a ataques violentos de grupos com poder na região.

John Womack (1987, p. 48) destaca que

Em 1876, ano em que Díaz tomou o poder, havia 118 *pueblos* registrado em Morelos. Em 1887, apesar dum ligeiro aumento da população do Estado, esse número baixara para 105.

Ao longo dos anos a destruição continuou e em 1909 o número de aldeias registradas era cerca de cem.

As *haciendas* de Morelos passaram então a usufruir a fama de serem as mais modernas de todo o México, reputação que aliás mereciam. Em 1908, as vinte e quatro refinarias do Estado produziam mais de um terço de toda a produção nacional. Antecedida apenas pelo Havaí e por Porto Rico, Morelos era a região do mundo com maior produção de açúcar à época da Revolução (WOMACK, 1987, p. 51). No entanto, apesar dos engenhos inovadores, os camponeses padeciam nas piores condições. As *haciendas* de Hospital e Michoacán cercaram *pueblos* inteiros e destruíram suas terras comunais a fim de expandir os negócios. Sotelo Inclán destaca a luta dos indígenas de Anenecuilco diante do contexto violento. O dono da propriedade de Hospital declarou luta contra os indígenas residentes há séculos na região, os ameaçando e os perseguindo constantemente. Explicita-se o descaso com as tradições e costumes dos povos, além disso, da sua necessidade de plantar e colher para sobreviver. O fazendeiro destruiu as terras, e os indígenas que não estivessem dispostos a converter-se em *peones*, sofriam as consequências da miséria extrema. Até o gado dos *pueblos* foram mortos para evitar qualquer fonte de subsistência aos indígenas.

O crescimento exacerbado das *haciendas* e o avanço brutal nas terras indígenas da região de Morelos foi o estopim para os indígenas do *pueblo* de Anenecuilco se organizarem e exigirem mais uma vez ao longo da História, os seus direitos. Além de privados de suas tradições e de seus costumes, os indígenas se viram na miséria extrema sem direito a plantar, colher e criar seus animais. Ou seja, perderam qualquer tentativa de subsistir para além do grande latifúndio.

Por conta de todo o simbolismo da opressão carregado nas *haciendas*, os zapatistas ao longo de sua revolução, tomaram posse e queimaram muitas delas. Apesar dessa aparente “destruição”, Sotelo Inclán (p. 156, 2011) destaca que não foi o movimento zapatista que destruiu as grandes propriedades açucareiras como denunciam os conservadores, perante a radicalidade do movimento, mas sim a ganância dos próprios fazendeiros, que expropriaram até o último pedaço de terra da região. Esta organização econômica construída nas bases da injustiça está condenada à sua própria destruição.

CAPÍTULO 3 – O ZAPATISMO COMO MOVIMENTO HISTÓRICO-SOCIAL

“Los hombres, como los árboles, tienen sus raíces; son los lazos que les unen a su pasado, a su raza, a su ambiente, a sus herencias, a los muertos que les dieron la vida, a la sangre que heredaron, a las mil sustancias físicas y espirituales que les nutrieron; sustancias disgregadas y mezcladas con los detritus de la tierra, disueltas en las capas subterráneas.”
(INCLÁN, 2011, p. 39)

Assumindo uma análise do Zapatismo na perspectiva da longa duração, é imprescindível levantar as questões que concernem a vida dos indígenas com a eclosão das *haciendas*. Sendo esse movimento exposto no capítulo anterior, abriu-se o tema para melhor análise do fenômeno zapatista.

A biografia de Zapata começa muitos séculos antes da sua data de nascimento, está conectada com a camada mais profunda da História do México, que é, em grande parte, a história do problema agrário (INCLÁN, 2011, p. 40). Emiliano Zapata nasceu em Anenecuilco, povoado com mais de 7 séculos de história, já referido neste trabalho, e presente no Códice Mendocino⁷, de extrema importância pois prova sua existência secular, questão principal para defender o direito do *pueblo* sobre suas terras durante a era colonial. Suportou a Conquista e resistiu em todos os momentos mais críticos para a população originária. Jesus Sotelo Inclán destaca em sua obra não somente a importância de Zapata para Anenecuilco, mas a importância do *pueblo* para Zapata.

⁷ Códice Mendonza ou Mendocino, foi realizado pelos mexicas a mando do vice rei Don Antonio de Mendoza durante seu governo (1535 -1550) para enviar a Carlos V informações sobre o território.

Anenecuilco está localizada no atual estado de Morelos, na região sul do país. O *pueblo* luta pelo direito a suas terras desde o período pré-colonial, onde estava subjugado ao poder de Montezuma. Resistiu a todos os fatos históricos elencados no capítulo anterior. Algumas características do *pueblo* são imprescindíveis para entender a dinâmica de luta por terras e o surgimento do Zapatismo: é um povoado antigo de lavradores com terras comunais que sofre uma injusta exploração dos proprietários de terras desde a era colonial e a constante desapropriação do seu território. As antigas instituições indígenas que a partir da Conquista quase foram destruídas, mesclaram-se e confundiram-se com as espanholas, abrindo margem para a retirada de seus direitos. Além disso, há de se levar em consideração a barbárie dos novos proprietários de terras que, amparados pelas autoridades, viram seus latifúndios crescerem às custas do enfraquecimento do *pueblo*. Porém, é evidente a atividade defensiva desses indivíduos que sempre se reuniram a fim de escolher seus próprios líderes para representar e lutar pelos seus direitos, sempre comprovados a partir de documentos que eram constantemente renovados.

O *pueblo* busca em documentos a legitimação de seus direitos à terra, e desde 1587 tramita na justiça espanhola a discussão para dar posse legal do território a Anenecuilco. Após conseguirem uma mercê do vice rei, passaram a pelear século após século para poder defender seu espaço. Em 1798, iniciou-se outra batalha: sobre o Fundo Legal, que durou 11 anos e foi impedido pelos fazendeiros da região.

Durante largos once años habia peleado Anenecuilco por su Fundo Legal sin alcanzarlo. Sólo pedia un fundo, es decir, un sitio para descansar sus casitas de palma y de carrizo. Pero el hacendado le negaba hasta un pedazo de suelo para vivir. (...) Era preciso, era inminente, que llegaron nuevos días de justífia para el pueblo (INCLÁN, 2011 p.138).

Após a Independência mexicana, juntamente aos feitos históricos, é importante apresentar alguns fenômenos sociológicos. Os *pueblos* foram abertos e receberam uma nova população que gerou mudanças raciais e de costumes; deste modo,

Anenecuilco perdeu a língua nativa nahoa, porém com adaptação dos novos habitantes à dinâmica da terra communal (INCLÁN, 2011, p. 15).

Sotelo Inclán também destaca que nesse período pós-independência, as lutas civis impediram a estabilidade das instituições jurídicas e o *pueblo* se viu indefeso, com os trâmites dos seus direitos à terra parados mais uma vez; eram nessas situações que se percebia a necessidade de recorrer aos documentos antigos, no Arquivo Geral da Nação, que comprovam seus direitos.

Y debió ser tanta su necesidad que, recordando los derechos de sus padres, buscaron los viejos títulos para defenderse. Fue entonces cuando acudieron el Archivo General de la Nación para reponer los papeles que el tiempo había ofendido y arruinado (INCLÁN, 2011, p. 152).

Outra fonte de desamparo dos *pueblos* foram as *leys de desamortización* de 1856 e a Constituição de 1857, pois negaram a personalidade jurídica das “*corporaciones*” e impediram os indígenas de defenderem a terra communal. Após esse “*guelpo de muerte*” deu-se o apogeu dos latifúndios. Triunfou temporariamente o movimento invasor e paradoxalmente, Maximiliano, o imperador austríaco que reivindicou seu trono mexicano atendendo ao chamado dos conservadores, deu mais atenção aos indígenas que os governos nacionais.

Apesar disso, os habitantes de Anenecuilco lutaram contra o governo imperial em prol da nação. Novas lutas surgiram no cenário, como explicado no capítulo anterior, e após a ditadura de Porfiriato estabelecida, as coisas não melhoraram para os indígenas. O *pueblo* de Anenecuilco foi esmagado pelas *haciendas* e só não desapareceu por muita resistência. O *pueblo* via a necessidade de uma representatividade mais combativa ao mesmo tempo em que temia pela vida dos seus. Alguns representantes desapareciam misteriosamente e um deles, Manuel Mancilla, que tinha posse dos documentos, foi degolado pelo dono da propriedade de Hospital.

Por volta de 1904, devido à pressão e a tomada de terras por parte dos grandes latifundiários, o *pueblo* estava disposto a resolver de uma vez por todas a questão

que se arrastava por séculos. Os documentos haviam passado de uma época à outra, o que mantinha viva a esperança de reivindicações. Escreveram ao governador Alarcón em 1906, e não obtendo resposta, insistiram no ano seguinte. Contudo, a morte do governador interrompe o trâmite. Sotelo Inclán chama a atenção para a situação do *pueblo* diante das mudanças da História, que sempre parecia estar contra seu bem viver. Os *pueblos* desapareciam e violavam-se os direitos dos povos originários:

Eso era espantoso. Se violaba todo el orden histórico y natural. Para restablecerlo era precisa una gran conmoción? Podria existir la fuerza capaz de producirla? Dónde surgiría el primer impulso? (INCLÁN, 2011, p. 169).

Afortunadamente, o impulso necessário para a mudança saíria do mesmo povoado, que segundo o autor teria sofrido o suficiente para ser capaz de produzir esse estopim (INCLÁN, *idem*).

Emiliano Zapata nasce em 8 de Agosto de 1879, filho de Don Gabriel Zapata (camponês que trabalhava na *hacienda* de Hospital) e Cleofas Salazar, entre nove irmãos. Cresceu em uma família muito humilde, numerosa, e teve que passar pela miséria que Anenecuilco passava. Sustentavam-se principalmente da compra e venda de animais, uma vez que estavam impedidos de semear.

É necessário conhecer o local em que esteve situada a casa e o contexto de crescimento de Zapata para compreender como pode formar-se seu espírito e a necessidade de lutar pelas terras. Anenecuilco está dividido em dois por um rio. De um lado é baixo e próspero, com terras bem irrigadas e frutíferas; do outro, localiza-se uma costa de pedras. Alto e seco, o solo de pedras só faz brotar os cactos espinhosos. Emiliano nasceu deste lado, rodeado por um ambiente de necessidades e miséria até na natureza. Para viver, era necessário usufruir das terras, mas as que rodeavam sua casa eram estéreis: as pródigas estavam sob poder dos fazendeiros usurpadores.

Quem estudar a biografia de Zapata entenderá sua formação e os fatores econômicos, históricos, geográficos, políticos que determinaram sua vida, e a necessidade que o camponês teve de lutar para modificar e romper essas condições ao invés de ser destruído elas (INCLÁN, 2011, p. 172). Cresceu no trabalho e foi mandado ao colégio nos anexos da Igreja local. Não podia frequentar as aulas regularmente, uma vez que havia as necessidades da casa e do trabalho no campo, mas lá aprendeu sobre a História do México. Inclán destaca o letramento de Zapata e a tentativa de colocá-lo como um ignorante iletrado por parte daqueles que acreditavam que o verdadeiro conhecimento é o “libresco europeizante” ao estilo dos científicos da época (INCLÁN, *idem*).

Além dos estudos, ganhava uns centavos cuidando do gado alheio mas nem ele, nem o irmão Eufemio aceitaram trabalhar como *peones jornaleros* nas colheitas das *haciendas* vizinhas. Aos 16 anos, perdeu os pais e viu-se com a responsabilidade de cuidar das irmãs e das pequenas terras herdadas, que assim como o restante do *pueblo*, estavam nas mãos dos “senhores” e não dos indígenas. Vivia a vida precária entre as colheitas ocasionais e o cuidados dos poucos animais que restaram. Começou a saber que a gente do seu povo lutava sempre pela reconquista da sua terra e se dispôs a ajudar, ainda jovem, contribuindo nas comissões organizadoras. Assistiu a “Junta de Cuautla” em 1906 e a sua assinatura se encontra em alguns documentos da época.

Emiliano teve que sair de Anenecuilco para prestar serviços a algumas *haciendas* do estado de Puebla, onde pode ver com seus próprios olhos que a situação decadente e exploratória não era exclusiva de Morelos. Voltando a seu *pueblo*, foi submetido ao Exército, escalado para o 9º Regimento da Cavalaria em Cuernavaca, onde teve contato com o Exército Porfirista. Posteriormente, foi contratado como cavaleiro por Don Ignacio de La Torre, um proprietário de *haciendas* que vivia na Cidade do México. Zapata observou de perto o luxo em que os fazendeiros viviam (INCLÁN, 2011, p. 174).

Enquanto isso, com o propósito de legalizar as delimitações de terra, em junho de 1909 ocorre a “*Ley de Revalúo General de la Propiedad Raíz*”. A Junta de Defesa do *pueblo* intensificou suas demandas até conseguir um encontro com Porfírio Díaz onde apresentaram a situação miserável a que se encontravam Porfírio prometeu falar com o fazendeiro de Hospital para solucionar o problema, mas este, seguramente, não foi resolvido.

Ao final do mesmo ano, Zapata volta ao *pueblo* mais maduro e preparado para "cumprir seu destino" (INCLÁN, 2011, p. 175). Trabalhando ativamente, conseguiu distinguir-se dos outros e o curso da sua vida mudou completamente por vontade de seus companheiros. Em 12 de setembro de 1909 na reunião do *pueblo*, os anciãos viam a necessidade de eleger novos representantes mais enérgicos e dispostos. Zapata foi eleito e Francisco Franco foi escalado para secretário. Zapata tinha 30 anos quando foi escolhido pelo seu povo, e junto com a responsabilidade de representá-los, recebeu os documentos que comprovam toda a luta e posse das terras ao longo das gerações. Junto com Franco, passou a estudá-los:

Fue así como el futuro caudillo bebió las profundas aguas del dolor de su pueblo y se vinculó estrachamente al destino de sus remotos abuelos indios (INCÁN, 2011, p. 177).

Aqueles títulos de terra que recebera não eram simples documentos, mas um testemunho da história de luta e resistência de seu povo. Ainda mais, era prova da confiança que agora depositavam no seu novo representante. Velar pela segurança dos documentos era uma grande responsabilidade. Quando mais tarde Zapata decidiu que Anenecuilco devia aderir à Revolução, guardou os títulos em um cofre e enterrou-os na Igreja local (WOMACK, 1987, p. 295).

A Junta de Defesa do *pueblo* estava mais ativa desde a eleição de Emiliano. Elegeram-se advogados e dois conselheiros que valem ser citados, em particular Flores Magón e Paulino Martínez, que influenciaram muito Zapata em suas ideias e lutas. Foi graças a essa influência que compreendeu que deveria atuar nas eleições

que se faziam para governador do estado de Morelos, concorrida por Escandón (candidato porfirista) e Leyva (filho do General Leyva).

Diante dessas eleições, o estado passou a se agitar e participar mais ativamente na luta por reivindicações. Porém, Inclán sinaliza que neste momento Zapata ainda não atua como líder, mas como cidadão ingênuo que crê na mudança de governo para solucionar o problema agrário histórico. Fato é que Escandón ganha a eleição e também ignora os pedidos da Junta de Aneneculco, uma vez que este representava as *haciendas* e era o próprio, dono de grandes latifúndios.

A situação agravou-se com a falta da colheita e o *pueblo* viu-se na profunda miséria: sem comida, sem terras e sem animais. Através de petições públicas a população pedia que se resolvesse não mais o assunto da propriedade, mas a questão da colheita, que era urgente.

Con reiteradas peticiones y súplicas Anenecuilco insistía en que el gobernador diera una rápida solución, no ya al asunto de la propiedad sobre las tierras, ni al de su posesión, sino tan sólo al de que fueran sembradas esse año, en calidad de préstamo, de alquiler, o como se quisiera. Lo importante, lo inaplazable, era que Anenecuilco las sembrara pronto, pues veía venirse encima el temporal de lluvias y angustiosamente sabía que al final de esse año no iba a tener qué comer (INCLÁN, 2011, p. 184).

Naquele momento de angústia e sem respostas das autoridades, Zapata resolveu pela primeira vez a questão de forma heróica e rebelde como representante do *pueblo*: decidiu tomar as terras. Repartiu as parcelas entre a população. Porfírio Diaz chegou a tomar partido da situação, mas com a ameaça madeirista (Movimento a favor de Francisco I. Madero) no país, preferiu não contrariar Zapata.

A notícia se espalhou e em torno de Emiliano se uniram outros *pueblos*. Inicialmente representando apenas os seus, agora carregava outros com o mesmo propósito de recuperar suas terras.

O Madeirismo chamou a atenção de Emiliano devido ao “Plano São Luís de Potosi”, que tratava da questão da terra, como já citado anteriormente. Aliou-se a Madeiro, mas quando este finalmente chegou ao poder concluiu que não poderia mudar a estrutura agrária. Diante da traição, criou-se o “Plano de Ayala”.

Conforme pode-se notar diante da análise da longa duração, Zapata não incendiou a Revolução, foi arrastado por ela. Isso não diminui sua grandeza, apenas exalta como ele cumpriu o papel de representante que foi resignado, onde lutou até o fim, de maneira tão intensa e leal que acabou custando sua própria vida. Não só redimiu as terras de Anenecuilco, mas de todos os *pueblos* da agricultura Mexicana (INCLÁN, 2011, p. 200).

3.1 A formação e atuação do Exército Zapatista

Destacou-se aqui o surgimento de Emiliano Zapata diante do seu *pueblo* de Anenecuilco, porém, como já dito, o movimento tomou proporções para além do povoado. A formação do Exército Zapatista se deu em algumas etapas durante a Revolução Mexicana.

O cenário do estado de Morelos diante das eleições para governador levou os camponeses a se organizarem mais, a reclamar dos abusos sofridos. Womack (1987, p. 37) coloca que esse contexto representava “uma verdadeira guerra: uma luta de classes, eis o tema sempre presente nos espíritos de Morelos”.

Após a traição de Madero e as campanhas do Exército continuarem massacrando os camponeses e indígenas do estado de Morelos, o Zapatismo cresceu mais ainda pois o povo foi se revoltando e fortalecendo a liderança de Emiliano.

Quando as forças militares de Victoriano Huerta, general que mais tarde tomaria a presidência do país, atacaram Morelos, Zapata declarou-se oficialmente contra o governo federal, cria o “Plano de Ayala” e decide que quem não está a favor dele, seria considerado inimigo. Com o lema “Terra e Liberdade”, o denominado Exército Libertador do Sul adotava a estratégia da guerra de guerrilha armada para defender os *pueblos* e atacar os usurpadores das terras. A primeira fase da Revolução finaliza

em Morelos: os zapatistas declaram-se independentes e fartos de falsas promessas, com mais vontade de lutar pela aplicação do “Plano de Ayala”.

O estado estava dividido entre os revolucionários rebeldes e os leais (apoiadores de Madero). Em 1912, os rebeldes tornaram-se cada vez mais poderosos, o que influenciou os povos de Puebla, Estado de México, Michoacan, Guerrero e Oaxaca.

Madero nomeou um novo comandante militar: Juvencio Robles, que chegou a Morelos disposto a matar Zapata. Sequestrou sua sogra, irmãs e cunhadas. Estabeleceu políticas de aldeamentos forçando os camponeses a saírem de suas terras e irem para as grandes cidades, onde podiam ser vigiados. Além disso, incendiava todos os *pueblos* com a pretensão de que fossem abandonados.

Os prisioneiros do Exército ficavam sob a guarda militar e eram constantemente vigiados pelas autoridades. Essa atitude violenta dos militares ajudou a ampliar o exército de Zapata - apesar dessas atrocidades, os zapatistas continuaram lutando, já que a essa altura haviam perdido não somente as terras, mas também suas famílias; não sentiam obrigação nenhuma de aceitar qualquer acordo com o governo. Além disso, a radicalização das guardas rurais assustou e chamou a atenção daqueles que ainda não haviam se posicionado a favor de Zapata.

Ressalta-se que a barbárie comandada pelo general Robles ficou tão fora de controle a ponto dos fazendeiros e grandes proprietários se queixarem de não haver mais camponeses vivos para trabalhar nas suas propriedades. Robles foi então exonerado e Felipe Angeles, um general mais “humanista” assumiu, alegando estar disposto a conversar com os zapatistas.

Pueblos e camponeses continuavam desamparados e em péssimas condições de vida, gerando mais apoio a Zapata que era considerado cada vez mais o verdadeiro “herói” da Revolução, pois apoiava as causas sociais. Outro fator que aumentou o exército dos zapatistas foi a sua nova estratégia militar: os fazendeiros que se recusassem a pagar tributos teriam suas terras incendiadas; ao destruírem essas plantações, estavam destruindo também os postos dos trabalhadores, que passariam a engrossar o exército.

Após a morte do presidente nacional Madero, Victoriano Huerta assume o poder através de um golpe e o país sofre com a falta de organização, e os movimentos sociais despontam ainda mais. Os zapatistas reformulam o “Plano de Ayala” e declaram repúdio à liderança de Huerta, desconhecendo sua autoridade. O golpe de Huerta fez com que vários revolucionários legalistas de Morelos passassem para o lado de Zapata.

O novo presidente enviou o general Robles novamente para o estado; Robles depõe os deputados e faz com que os revolucionários legalistas saiam de cena. Disposto a acabar com Zapata, general Huerta anuncia que devolveria o estado de Morelos em até três meses. Em seu discurso frisou que “para isso é preciso utilizar processos que não são sancionados pela lei mas que são indispensáveis para o bem estar nacional” (WOMACK, 1987, p. 149). Após a declaração, os camponeses que ainda não estava alinhados a Zapata, passaram a caminhar junto a ele.

Neste momento, Zapata consegue se fortificar principalmente ao tomar consciência dos constitucionalistas que estavam dispostos a depor Huerta. Amplia suas forças no Sul e o “Plano de Ayala” torna-se cada vez mais conhecido.

O Exército Zapatista estava estabelecido, constituído principalmente de camponeses, indígenas dos *pueblos*, refugiados de guerra que buscavam em Zapata sua proteção. O papel de representante de Anenecuilco se estendeu por todo o estado, extrapolando limites geográficos. Porém, o movimento zapatista manteve-se independente e regional.

Ainda segundo John Womack (1987), Zapata ficou a margem do movimento constitucionalista e sua aliança com Pancho Villa foi rápida, uma vez que houve desentendimentos entre eles. Por vezes Zapata tomou atitudes que pareceram egoístas ou contraditórias, mas ele estava a serviço do *pueblo* e não abdicava do “Plano de Ayala” e do desejo intenso de retomar ao passado, às antigas tradições das terras comunais, dos *ejidos*, destroçados pela Conquista Espanhola.

Em abril de 1919, Venustiano Carranza, então presidente do México, mata Emiliano Zapata em uma armadilha, mas o movimento continuou e a sua história está longe de ser esquecida.

3.2 Plano de Ayala

Criado em 28 de novembro de 1911, o Plano composto por 15 artigos tinha como objetivo denunciar Francisco I. Madero como traidor da Revolução Mexicana, devido a seu abandono ao Plano de São Luís Potosí (artigo 3) e desconsideração à questão das terras dos *pueblos*. Além disso, o Plano de Ayala defendia uma reforma agrária radical com a expropriação e nacionalização de todos os bens dos inimigos da Revolução e a tomada imediata das terras pelos camponeses que haviam sido delas expulsos.

A característica mais recorrente do Plano de Ayala é remeter-se sempre à História do país, como à Constituição de 1857 e às Leis de Reforma de 1859 (que tiraram o poder da Igreja). O Plano não faz referência ao progresso, à paz e à democracia, como é recorrente nos planos urbanos da época, pois os camponeses não se preocupavam com o voto, como o pessoal urbanizado; queriam a volta do bom governo e do bom viver, ou seja, uma vida sem opressões.

No primeiro artigo do Plano, se declara Madero inepto e incapaz de governar diante da traição, violência e mentiras ao povo. Frisa-se o fato de que Madero além de abandonar os revolucionários de Morelos, persegue, através da força bruta de uma verdadeira guerra de extermínio, aqueles que o ajudaram a chegar ao poder:

(...) ya nulificando, encarcelando persiguiendo o matando a los elementos revolucionarios que le ayudaron a que ocupara el alto puesto de Presidente de la República por medio de sus falsas promesas y numerosas intrigas a la Nación; teniendo en consideración que el tantas veces repetido Sr. Francisco I. Madero ha tratado de ocultar con la fuerza brutal de las bayonetas y de ahogar en sangre a los pueblos que le piden, solicitan o exigen el cumplimiento se sus promesas a la revolución

llamándoles bandidos y rebeldes, condenando a una guerra de exterminio, sin conceder ni otorgar ninguna de las garantías que prescriben la razón, la justicia y la ley (Plano de Ayala, art 1^o).

A Junta Revolucionária do Estado de Morelos deixa claro que fará defender seus princípios “en beneficio de los pueblos oprimidos, y se hará defensora de los principios que defiende hasta vencer o morir” no artigo 4 do documento.

Os artigos que merecem maior destaque do Plano neste trabalho são os 6, 7 e 8, por tratar da questão da terra e da radicalidade do Zapatismo. O artigo 6 denuncia a tomada das terras dos *pueblos* pelos fazendeiros e científicos e faz saber que as mesmas serão retomadas por aqueles que possuírem seus títulos legitimando os verdadeiros proprietários, a todo custo, através de tribunais especiais que se estabelecerão ao fim da Revolução:

Como parte adicional del Plan que invocamos hacemos constar: que los terrenos, montes y aguas que hayan usurpado los hacendados, científicos o caciques a la sombra de la tiranía y de la justicia venal entrarán en posesión de estos bienes inmuebles desde luego, los pueblos o ciudadanos que tengan sus títulos correspondientes de esas propiedades, de las cuales han sido despojados, por la mala fé de nuestros opresores, manteniendo a todo trance, con las armas en la mano, la mencionada posesión y los usurpadores que se crean con derecho a ellos, lo deducirán ante tribunales especiales que se establezcan al triunfo de la Revolución (Plano de Ayala, art. 6).

O artigo 7 também denuncia a falta de terras para os *pueblos* e a situação de extrema miséria em que estes se encontram, e em razão disso, propõe a expropriação das terras dos grandes latifúndios com indenização a fim de que o povo possa obter seus *ejidos*, colônias, terras comunais e ocorra uma melhora para o bem estar dos mexicanos:

En virtud de que la inmensa mayoría de los pueblos y ciudadanos mexicanos no son más dueños que del terreno que pisan sufriendo los horrores de la miseria sin poder mejorar en nada su condición social ni poder dedicarse a la industria o a la agricultura por estar

monopolizados en unas cuantas manos las tierras, montes y aguas, por esta causa se expropiarán, previa indemnización de la tercera parte de esos monopolios a los poderosos propietarios de ellas, a fin de que los pueblos y ciudadanos de México obtengan ejidos, colonias, fundos legales para pueblos, o campos de sembradura o de labor, y se mejore en todo y para todo la falta de prosperidad y bienestar de los mexicanos (Plano de Ayala, art. 7).

O artigo 8 determina que aqueles que se oponham ao Plano de Ayala devem nacionalizar seus bens, e que dois terços se destinem a indenizações de guerra, pensões de viúvas e órfãos das vítimas que venham a morrer em defesa do Zapatismo.

Los hacendados, científicos o caciques que se Opongan directa o indirectamente al presente Plan, se nacionalizarán sus bienes y las dos terceras partes que a ellos les correspondan, se destinarán para indemnizaciones de guerra, pensiones de viudas y huérfanos de las víctimas que sucumban en la lucha por presente Plan (Plano de Ayala, art. 8).

O décimo artigo, por sua vez, denuncia os chefes militares que “mudaram de lado”, antes apoiando o Plano de São Luis Potosí, posteriormente se opondo através das armas ao zapatistas, derramando sangue dos seus irmãos:

Los jefes Militares Insurgentes de la República; que se levantaron con las armas en la mano a la voz de Don. Francisco I. Madero, para defender el Plan de San Luis Potosí, y que ahora se opongan con fuerza armada al presente Plan, se juzgarán traidores a la causa que defendieron y a la Patria, puesto que en la actualidad muchos de ellos, por complacer a los tiranos, por un puñado de monedas, o por cohecho, o soborno están derramando la sangre de sus hermanos que reclaman el cumplimiento de las promesas que hizo a la Nación Don. Francisco I. Madero (Plano de Ayala, art. 10).

O plano termina com o artigo 15, clamando ao povo mexicano a abrir os olhos diante da falta de capacidade de governar de Madero e da utilização da força bruta

em seu governo. Deixam claro que assim como pegaram em armas para colocá-lo no poder, utilizarão as armas para tirá-lo.

(...) y así como nuestras armas las levantamos para elevarlo al Poder ahora las volveremos contra él por haber faltado a sus compromisos con el pueblo mexicano y haber traicionado la revolución; no somos personalistas, somos partidarios de los principios y no de los hombres (Plano de Ayala, art. 15).

O Plano de Ayala foi firmado por Emiliano Zapata, Eufemio Zapata, Otílio E. Montaño *et alii*. O seu maior resultado foi ser incluído no artigo 27 da Constituição Mexicana de 1917.

Durante a luta do Exército Libertador do Sul na Revolução, Zapata não abriu mão do Plano e quem não concordasse com ele seria considerado inimigo; os zapatistas encerram com um chamado à Revolução capaz de retomar o bem estar da Pátria: “Pueblo Mexicano: Apoyad con las armas en la mano este Plan, y haréis la prosperidad y bienestar de la Patria” (Frase final do Plano de Ayala).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei esboçar neste trabalho um panorama geral do surgimento do Zapatismo sem esquecer suas raízes e salientar que foi um movimento que se arrastou por séculos, mas que veio à tona junto à Revolução Mexicana, graças à força e resistência dos indígenas e a liderança de Zapata.

Braudel chama a atenção para a necessidade de o historiador se atentar aos diferentes modelos de duração do tempo histórico, e destaca a importância de "não pensar apenas no tempo curto, não crer que somente os atores que fazem barulho sejam os mais autênticos; há outros e silenciosos" (p. 58). Portanto, não apenas a luta de Zapata fez com que o movimento zapatista ganhasse tamanhas dimensões, mas também a resistência de todos os indígenas do seu *pueblo*, século após século à retirada de direitos e terras, impedidos de exercer seus costumes e suas tradições.

O movimento zapatista iniciou-se como uma questão local do *pueblo* de Anenecuilco, mas acabou ultrapassando limites e agregando à luta outros camponeses que se sentiam prejudicados pela tomada de seus direitos e terras. No entanto, apesar de tomar dimensões maiores do que o esperado, Zapata e seus companheiros não abriram mão do "Plano de Ayala", além de não deixar de lado o papel de representante de seu próprio *pueblo*, mesmo dentro das lutas da Revolução Mexicana.

A questão das terras e o contexto de destruição e massacre aos povos originários não esteve restrito ao estado de Morelos e ao *pueblo* de Anenecuilco, porém foi deste *pueblo* que emergiu a força capaz de levantar a Revolução Zapatista.

Ao longo da Revolução Mexicana, Zapata tentou realizar uma aliança que pudesse favorecer seu povo, mas não obtendo sucesso nessa, traído por Madero e se desentendendo com os constitucionalistas, decidiu seguir a luta sozinho, na região Sul do país.

Adolfo Gilly critica o Zapatismo pelo apego ao documento e aos títulos da terra; para Zapata as terras só seriam restituídas para aqueles que possuíssem seus títulos, portanto, era uma reforma agrária seletiva. Gilly também critica o “Plano de Ayala” pois o considera pouco radical: a proposta do documento não rompia com a ideologia pequeno burguesa. O autor afirma que uma proposta revolucionária seria a de que destruíssem as *haciendas* mas as realocassem a todos os camponeses, não somente aos que detinham títulos⁸. Por outro lado, é necessário levar em conta a conjuntura do momento e não esquecer de que Zapata era antes de herói da Revolução, um representante de seu *pueblo*.

Apesar da fatal emboscada de Carranza em 1919, Zapata segue vivo na memória do povo, e o mito perpetua-se após sua morte. Não só no estado de Morelos e no *pueblo* de Anenecuilco mas em toda a América Latina, ele foi um exemplo de luta pela terra.

Apesar de ter-se conquistado o artigo 27 da Constituição de 1917, que trata especificamente da reforma agrária, nem tudo o que o Zapatismo propôs foi realizado. Prova disso é a continuidade do movimento, que se dá no México contemporâneo através do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

O EZLN declarou em dezembro de 1993 no seu documento “Primera declaración de la selva” estar farto de toda a opressão e guerra genocida feita pelos ditadores mexicanos contra os *pueblos* ao longo da história. O documento recorre a fatos históricos para destacar a necessidade da resistência e da criação do Exército, afirmando que o grupo é produto de quinhentos anos de luta:

Somos producto de quinientos años de lucha: primero contra la esclavitud, en la guerra de independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra constitución y expulsar al imperio francés de nuestro suelo. Después la dictadura

⁸ Ver: RAMPINELLI, W. *A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários*. Revista Espaço Acadêmico, nº 126, novembro de 2011.

porfirista nos negó la aplicación justa de las Leyes de Reforma y el pueblo se reveló formando sus propios líderes (Primeira página, EZLN, 1993).

No mês após a declaração em dezembro de 1993, onde os zapatistas disseram “¡basta!”, é declarada pelos integrantes da força insurgente guerra contra o governo, em uma luta que se apegua ao direito constitucional, pela justiça e igualdade. É mais uma prova da longa duração de Zapata, que tenta solucionar o problema agrário ainda recorrente, com seus primórdios desde a Conquista espanhola, quando alterou-se a estrutura da terra.

Fato é que Zapata é uma lenda mexicana e que influencia até hoje os cidadãos indígenas, camponeses e, para além das fronteiras, todos os que anseiam uma divisão justa de terras.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: A longa duração*. Revista de História, v. 30, n.º 62. Abril-Junho, 1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>.

DÍAZ, Bernal. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. México: Editorial Pedro Robredo, 1939, Tomo I e II.

FUENTES, Carlos. *El espejo enterado*. Colección Tierra Firme, Fondo de Cultura Económica, primeira edição: México, 1992.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Era, 1994.

INCLÁN, Jesus Sotelo. *Raíz y razón de Zapata*. México: Editora Cien de México, 2011.

KATZ, Friedrich. *La servidumbre agrária en México en la época porfiriana*. México: ERA, 1976.

MADERO, Francisco I. *Plano de São Luís Potosí*. México. Outubro de 1910.

MARTÍNEZ, Bernardo García. La época colonial hasta 1760. In: ___. *Nueva Historia Minima de Mexico*, Mexico - DF. El colégio de México, 2002.

MUNCH, Guido. *La Rebelión de Tehuantepec en 1660*. Vol. 9, 1982.

RAMPINELLI, W. *A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários*. Revista Espaço Acadêmico, nº 126, novembro de 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14401/8147>.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Parte 2.

WOMACK, John Jr. *Zapata e a Revolução mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1987.

ZAPATA, Emiliano; ZAPATA, Eufemio; ZAPATA, Otilio E. Montañó. *Plano de Ayala: Morelos*. Novembro de 1911.

ANEXOS

Anexo 1 - Plano de Ayala

Plan Libertador de los hijos del Estado de Morelos afiliados al Ejército Insurgente que defiende el cumplimiento del Plan de S. Luis, con las reformas que ha creído conveniente aumentar en beneficio de la Patria Mexicana.

Los que subscribimos, constituidos en Junta Revolucionaria, para sostener y llevar a cabo las promesas que hizo la Revolución de 20 de noviembre de 1910, próximo pasado, declaramos solemnemente ante la faz del mundo civilizado, que nos juzga, y ante la Nación a que pertenecemos y amamos, los propósitos que hemos formulado para acabar con la tiranía que nos oprime y redimir a la patria de las dictaduras que nos imponen, las cuales quedan determinadas en el siguiente Plan.

1.º Teniendo en consideración que el pueblo mexicano acaudillado por don Francisco I. Madero fué a derramar su sangre para conquistar sus libertades y reivindicar sus derechos conculcados, y no para que un hombre se adueñara del Poder violando los sagrados principios que juró defender bajo el lema de "Sufragio Efectivo," "No Reelección", ultrajando la fé, la causa, la justicia y las libertades del pueblo, teniendo en consideración: que ese hombre a que nos referimos es Dn. Francisco I. Madero, el mismo que inició la precitada revolución, el cual impuso por norma su voluntad e influencia al Gobierno Provisional de ex-Presidente de la República, Lic. Dn. Francisco L. de La Barra, por haberle aclamado el pueblo su Libertador, causando con este hecho reiterados derramamientos de sangre, y multiplicar desgracias a la Patria de una manera solapada y ridícula, no teniendo otras miras que satisfacer que sus ambiciones personales, su desmedidos instintos de tirano y su profundo desacato al cumplimiento de las leyes preexistentes emanadas del inmortal Código de 57 escrito con la sangre de los revolucionarios de Ayutla; teniendo en consideración: que el llamando Jefe de la Revolución Libertadora de México C. don Francisco I. Madero, no llevó a feliz término la revolución que tan gloriosamente inició con el apoyo de Dios y del pueblo, puesto que dejó en píce la mayoría de poderes gubernativos y elementos

corrompidos de opresión del Gobierno dictatorial de Porfirio Díaz, que no son, ni pueden ser en manera alguna la legítima representación de la Soberanía Nacional, y que por ser acérrimos adversarios nuestros y de los principios que hasta hoy defendemos, están provocando el malestar del País y abriendo nuevas heridas al seno de la Patria para darle a beber su propia sangre; teniendo en consideración que el supradicho sr. Francisco I. Madero, actual Presidente de la República trata de eludir el cumplimiento de las promesas que hizo a la Nación en el Plan de S. Luis Potosí, siñiendo las precitadas promesas a los convenios de Ciudad Juárez, ya nulificando, encarcelando persiguiendo o matando a los elementos revolucionarios que le ayudaron a que ocupara el alto puesto de Presidente de la República por medio de sus falsas promesas y numerosas intrigas a la Nación; teniendo en consideración que el tantas veces repetido Sr. Francisco I. Madero ha tratado de ocultar con la fuerza brutal de las bayonetas y de ahogar en sangre a los pueblos que le piden, solicitan o exigen el cumplimiento de sus promesas a la revolución llamándoles bandidos y rebeldes, condenando a una guerra de exterminio, sin conceder ni otorgar ninguna de las garantías que prescriben la razón, la justicia y la ley; teniendo en consideración que el Presidente de la República, señor Don. Francisco I. Madero, ha hecho del Sufragio Efectivo una sangrienta burla al pueblo ya imponiendo contra la voluntad del mismo pueblo en la Vicepresidencia de la República al Lic. José María Pino Suárez, o ya a los gobernadores de los Estados designados por él, como el llamado General Ambrosio Figueroa, verdugo y tirano del pueblo de Morelos; ya entrando en contubernio escandaloso con el partido científico, hacendados feudales y caciques opresores, enemigos de la revolución Proclamada por él, a fin de forjar nuevas cadenas y de seguir el molde de una nueva dictadura, más oprobiosa y más terrible que la de Porfirio Díaz, pues ha sido claro y patente que ha ultrajado la Soberanía de los Estados, conculcando las leyes sin ningún respeto a vidas e intereses, como ha sucedido en el Estado de Morelos y otros conduciéndonos a la más horrorosa anarquía que registra la historia contemporánea: por estas consideraciones declaramos al susodicho Francisco I. Madero, inepto para realizar las promesas de

la Revolución de que fue autor, por haber traicionado los principios con los cuales burló la fé del pueblo, y pudo haber escalado el poder; incapaz para gobernar, por no tener ningún respeto a la ley y a la justicia de los pueblos, y traidor a la Patria por estar a sangre y fuego humillando a los mexicanos que desean sus libertades, por complacer a los científicos, hacendados y caciques que nos esclavizan, desde hoy comenzamos a continuar la Revolución principiada por él, hasta conseguir el derrocamiento de los poderes dictatoriales que existen.

2.º Se desconoce como Jefe de la Revolución al C. Francisco I. Madero y como Presidente de la República, por las razones que antes se expresan, procurando el derrocamiento de éste funcionario.

3.º Se reconoce como Jefe de la Revolución libertadora al ilustre C. General Pascual Orozco, segundo del caudillo Don. Francisco I. Madero, y en caso de que no acepte este delicado puesto, se reconocerá como Jefe de la Revolución al C. General Emiliano Zapata.

4.º La Junta Revolucionaria del Estado de Morelos manifiesta a la Nación bajo protesta: Que hace suyo el Plan de San Luis Potosí, con las adiciones que a continuación se expresa, en beneficio de los pueblos oprimidos, y se hará defensora de los principios que defiende hasta vencer o morir.

5.º La Junta Revolucionaria del Estado de Morelos, no admitirá transacciones ni componendas políticas hasta no conseguir el derrocamiento de los elementos dictatoriales de Porfirio Díaz y Don. Francisco I. Madero; pues la Nación está cansada de hombres falaces y traidores que hacen promesas como libertadores pero que al llegar al poder, se olvidan de ellas y se constituyen en tiranos.

6.º Como parte adicional del Plan que invocamos hacemos constar: que los terrenos, montes y aguas que hayan usurpado los hacendados, científicos o caciques a la sombra de la tiranía y de la justicia venal entrarán en posesión de estos bienes inmuebles desde luego, los pueblos o ciudadanos que tengan sus títulos correspondientes de esas propiedades, de las cuales han sido despojados, por la mala fé de nuestros opresores, manteniendo a todo trance, con las armas en la mano,

la mencionada posesión y los usurpadores que se crean con derecho a ellos, lo deducirán ante tribunales especiales que se establezcan al triunfo de la Revolución.

7.º. En virtud de que la inmensa mayoría de los pueblos y ciudadanos mexicanos no son más dueños que del terreno que pisan sufriendo los horrores de la miseria sin poder mejorar en nada su condición social ni poder dedicarse a la industria o a la agricultura por estar monopolizados en unas cuantas manos las tierras, montes y aguas, por esta causa se expropiarán, previa indemnización de la tercera parte de esos monopolios a los poderosos propietarios de ellas, a fin de que los pueblos y ciudadanos de México obtengan ejidos, colonias, fundos legales para pueblos, o campos de sembradura o de labor, y se mejore en todo y para todo la falta de prosperidad y bienestar de los mexicanos.

8.º Los hacendados, científicos o caciques que se opongan directa o indirectamente al presente Plan, se nacionalizarán sus bienes y las dos terceras partes que a ellos les correspondan, se destinarán para indemnizaciones de guerra, pensiones de viudas y huérfanos de las víctimas que sucumban en la lucha por presente Plan.

9.º Para ejecutar los procedimientos respecto a los bienes antes mencionados, se aplicarán leyes de desamortización según convenga; pues de norma y ejemplo pueden servir las puestas en vigor por el inmortal Juárez, a los bienes eclesiásticos que escarmentaron a los déspotas y conservadores, que en todo tiempo han pretendido imponernos el yugo ignominioso de la opresión y del retroceso.

10.º Los jefes Militares Insurgentes de la República; que se levantaron con las armas en la mano a la voz de Don. Francisco I. Madero, para defender el Plan de San Luis Potosí, y que ahora se opongan con fuerza armada al presente Plan, se juzgarán traidores a la causa que defendieron y a la Patria, puesto que en la actualidad muchos de ellos, por complacer a los tiranos, por un puñado de monedas, o por cohecho, o soborno están derramando la sangre de sus hermanos que reclaman el cumplimiento de las promesas que hizo a la Nación Don. Francisco I. Madero.

11.º Los gastos de guerra serán tomados conforme a lo que prescribe el Artículo XI del Plan de San Luis Potosí, y todos los procedimientos empleados en la Revolución

que emprendemos, serán conformes a las instrucción que determina el mencionado Plan.

12.º Una vez triunfada la Revolución que hemos llevado a la vía de la realidad, una Junta de los principales Jefes revolucionarios de los distintos Estados, nombrara o designara un Presidente interino de la República, quien convocará a elecciones para la nueva formación del Congreso de la Unión, y este a la vez convocará a elecciones para la organización de los demás poderes federales.

13.º Los principales Jefes Revolucionarios de cada Estado, en Junta, designarán al Gobernador Provisional del Estado a que corresponden, y este elevado funcionario convocará a elecciones para la debida organización de los Poderes públicos, con el objeto de evitar consignas forzosas que labran la desdicha de los pueblos, como la tan conocida de Ambrosio Figueroa en el Estado de Morelos, y otros que nos conducen al precipicio de conflictos sangrientos sostenidos por el capricho del dictador Madero y el círculo de científicos y hacendados que los han sugestionado.

14.º Si el Presidente Madero y otros elementos dictatoriales, del actual y antiguo régimen, desean evitar inmensas desgracias que afligen a la Patria, que hagan inmediata renuncia del puesto que ocupan, y con eso en algo restañarán las grandes heridas que han abierto al seno de la Patria; pues que de no hacerlo así, sobre sus cabezas caerá la sangre derramada de nuestros hermanos.

15.º Mexicanos: considerad que la astucia y la mala fé de un hombre está derramando sangre de una manera escandalosa por ser incapaz para gobernar, considerado que su sistema de gobierno está aherrojando a la Patria y aherrojando con la fuerza bruta de las bayonetas, nuestras instituciones; y así como nuestras armas las levantamos para elevarlo al poder ahora las volveremos contra él por haber faltado a sus compromisos con el pueblo mexicano y haber traicionado la revolución; no somos personalistas, somos partidarios de los principios y no de los hombres.

Pueblo Mexicano: Apoyad con las armas en la mano este Plan, y haréis la prosperidad y bienestar de la Patria.

Reforma, Libertad, Justicia y Ley. Ayala, noviembre 28 de 1911.

GENERALES - Emiliano Zapata, José T. Ruiz, Otilio E. Montaña, Francisco Mendoza, Jesús Morales, Eufemio Zapata, Próculo Capistran.

CORONELES - Agustín Cázares, Rafael Sánchez, Cristóbal Domínguez, Santiago Aguilar, Feliciano Domínguez, Fermín Omaña, Pedro Salazar, Gonzalo Aldape, Jesús Sánchez, Felipe Vaquero, Clotilde Sosa, José Ortega, Julio Tapia, N. Vergara, A. Salazar. Teniente Coronel- Alfonso Morales.

CAPITANES - Manuel Hernández H., José Pineda, Ambrosio López, Apolinar Adorno, José Villanueva, Porfirio Cazares, Antonio Gutiérrez, Pedro Vuelna, O. Nero, C. Vergara, A. Pérez, S. Rivera, M. Camacho, T. Galindo, L. Franco, J. M. Carrillo, S. Guevara, A. Ortiz, J. Escamilla, J. Estudillo, F. Galarza, F. Caspeta, P. Campos y Teniente- A. Blumenkron.

Anexo 2 – Primera Declaración de la Selva Lacandona

HOY DECIMOS ¡BASTA!

AL PUEBLO DE MÉXICO:

HERMANOS MEXICANOS:

Somos producto de quinientos años de lucha: primero contra la esclavitud, en la guerra de independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra constitución y expulsar al imperio francés de nuestro suelo. Después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de las Leyes de Reforma y el pueblo se reveló formando sus propios líderes. Surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importarles que no tengamos salud ni alimentación ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros ni nuestros hijos.

Pero nosotros hoy decimos ¡Basta!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a nuestros hermanos a que se sumen a este llamado con el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron a un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de Los Científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la expropiación petrolera,

son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra carta magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el artículo 39 constitucional que a la letra dice:

"La soberanía Nacional reside esencial y originalmente en el pueblo, todo poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de este. El pueblo tiene en todo tiempo el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno".

Por tanto, en apego a nuestra Constitución emitimos la presente al Ejército Federal Mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari. Conforme a esta Declaración de Guerra pedimos a los otros poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación, deponiendo al dictador. También pedimos a los organismos internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran, protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por las Leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL como fuerza beligerante de nuestra lucha de Liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos patria y la bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes insurgentes, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolo del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras "EZLN", EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ello iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo

que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derechoconstitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por tanto, y conforme a esta Declaración de Guerra, damos a nuestras fuerzas militares del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, las siguientes órdenes:

PRIMERO: avanzar hacia la capital del país venciendo al Ejército Federal Mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus autoridades administrativas.

SEGUNDO: respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

TERCERO: iniciar juicios sumarios contra los soldados del Ejército Federal Mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra Nación o fuera de ella, acusados de traición a la patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

CUARTO: formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

QUINTO: pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

SEXTO: suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano de luchar por trabajo, tierra, techo,

alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo, formando un gobierno de nuestro país, libre y democrático.

INTÉGRATE A LAS FUERZAS INSURGENTES
DEL EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL

Comandancia General del EZLN

Año de 1993.

Disponível em: <https://espaciolibremexico.files.wordpress.com/2012/10/pdf.pdf> .